



ESCLARECIMENTO SOBRE VALOR A SER OFERTADO NO SISTEMA ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO DGA Nº 90108/2026

PROCESSO Nº 01-P-24058/2024

OBJETO: Registro de Preço para eventual contratação de serviço de pintura interna e externa

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço total por lote

MODO DE DISPUTA: Aberto

PARTICIPAÇÃO: Ampla

REGIME DE CONTRATAÇÃO: Empreitada por preço unitário

DATA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 25/03/2026

HORÁRIO: 09:30

PREGOEIRO: Thiago Mendes Cardoso

A Diretoria Geral da Administração, por meio da Coordenação da Divisão de Suprimentos, esclarece aos interessados que:

Lançamento da proposta Compras.gov:

Para efeito de lançamento da proposta na plataforma Compras.gov, deve ser considerado "valor unitário" como o preço total de cada lote para uma vigência de 12 meses, conforme especificação do objeto no Termo de Referência.

Conforme preâmbulo do edital, o critério de julgamento é o menor preço total por lote e o item 1.2 do edital explicita que a licitação será realizada em 2 (dois) lotes, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse.

Desse modo, seguindo o Modelo de Proposta, deve ser inserido no sistema o "Total do lote 01" no item 1 e/ou "Total do lote 02" no item 2 (indicados no canto inferior direito das suas respectivas tabelas).

Campinas, 04 de março de 2026.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO
SUPRIMENTOS
EDITAL**

Aprovado segundo Parecer
PG nº 432/2026, de
24/02/2026, e Despacho PG
nº 738/2026, de 24/02/2026

PREGÃO ELETRÔNICO DGA nº 90108/2026

CONTRATANTE (UASG): 450161 – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

PROCESSO Nº 01-P-24058/2024

OBJETO: Registro de preços de serviço de pintura interna e externa de paredes, fachadas, tetos, portas, portões, grades, calha, rufos, esquadrias de madeira, esquadrias metálicas, estruturas metálicas, estruturas de madeira, suportes de ar condicionado, dutos, escadas, escada marinho, bicicletário, corrimãos e tubos de quedas em edifícios de múltiplos pavimentos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:

Lote 1 Pintura Interna R\$ 8.146.659,00

Lote 2 Pintura Externa R\$ 11.912.094,90

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço total por lote

MODO DE DISPUTA: Aberto

PARTICIPAÇÃO: Ampla

REGIME DE CONTRATAÇÃO: Empreitada por preço unitário

DATA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 25/03/2026

HORÁRIO: 09h30

PREGOEIRO: Thiago Mendes Cardoso

Torna-se público que a UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, por meio da Divisão de Suprimentos da Diretoria Geral de Administração, sediada na Praça das Bandeiras, nº 45, Quadra 2, Prédio 1 - Cidade Universitária "Zeferino Vaz", Distrito de Barão Geraldo, Campinas/SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de preços de serviço de pintura interna e externa de paredes, fachadas, tetos, portas, portões, grades, calha, rufos, esquadrias de madeira, esquadrias metálicas, estruturas metálicas, estruturas de madeira, suportes de ar condicionado, dutos, escadas, escada marinho, bicicletário, corrimãos e tubos de quedas em edifícios de múltiplos pavimentos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO
SUPRIMENTOS
EDITAL

Aprovado segundo Parecer
PG nº 432/2026, de
24/02/2026, e Despacho PG
nº 738/2026, de 24/02/2026

1.2. A licitação será realizada por lote 1 e lote 2.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Não será admitida a adesão a esta ata de registro de preços, conforme justificativa apresentada nos autos do processo.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e na plataforma do Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.3. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6. O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.13. A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.1.1. As disposições deste Edital que tratam especificamente da forma de realização da fase de habilitação são aplicáveis na hipótese em que a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento (caso

assim definido no subitem 3.1), se ausente previsão expressa em sentido diverso. Como exceção a essas disposições, na hipótese em que seja adotado procedimento com fase de habilitação antecedente (caso assim definido no subitem 3.1), segue-se disciplina específica neste Edital conforme disposições que contêm previsão expressa de aplicação a essa última hipótese.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos subitens 3.5.1 e 3.5.2 subsequentes.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO
SUPRIMENTOS
EDITAL

Aprovado segundo Parecer
PG nº 432/2026, de
24/02/2026, e Despacho PG
nº 738/2026, de 24/02/2026

3.5.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que item objeto desta licitação tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 3.

3.5.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas (se admitida a participação de cooperativas) que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no subitem 3.5.1 ou no subitem 3.5.2, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.5.4. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.5. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada (se admitida a participação de cooperativa).

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.7.1. Caso seja definido no subitem 3.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8.1. Caso seja definido no subitem 3.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, não haverá ordem de classificação na etapa

de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11.2. percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO
SUPLEMENTOS
EDITAL

Aprovado segundo Parecer
PG nº 432/2026, de
24/02/2026, e Despacho PG
nº 738/2026, de 24/02/2026

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor total do Lote 1 e Lote 2.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

4.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita no subitem anterior deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

4.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o subitem anterior, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCE e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Caso seja definido no subitem 3.1 que a fase de habilitação antecede a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total de cada lote.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de:

Lote 1 - Pintura Interna R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

Lote 2 - Pintura Externa R\$ 119.000,00 (cento e dezenove mil reais).

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

5.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances,

após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO
SUPRIMENTOS
EDITAL

Aprovado segundo Parecer
PG nº 432/2026, de
24/02/2026, e Despacho PG
nº 738/2026, de 24/02/2026

equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.21.2.2. empresas brasileiras;

5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada de **planilha orçamentária**, elaborada de acordo com o modelo contido no Termo de Referência, contendo os valores unitários e totais e com destaque obrigatório do valor correspondente ao BDI.

5.22.4.1. Não será permitida qualquer alteração nos elementos constantes da planilha orçamentária.

5.22.5. É facultado ao Pregoeiro, de ofício ou a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo, prorrogá-lo.

5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3333.7 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO
SUPLEMENTOS
EDITAL

Aprovado segundo Parecer
PG nº 432/2026, de
24/02/2026, e Despacho PG
nº 738/2026, de 24/02/2026

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>;

6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

6.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e Sanções https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes_ui/asp/sancoes.aspx

6.1.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP
<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>; e

6.1.7. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

6.2. A consulta ao cadastro CNCIAI será realizada em nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

6.4.1. O disposto nos subitens 6.4 e 6.6.2 será excepcionado se for definido no subitem 3.1 que a fase de habilitação antecede a fase de apresentação de propostas e lances, hipótese em que, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação, nos termos do item 8, antes de se realizar a fase de julgamento.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os subitens 3.5 e 4.5 deste Edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

6.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o subitem 6.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 7.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. Caso seja definido no item 1 que o objeto da licitação consiste em fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral (não definidos como serviços de engenharia), serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Caso seja definido no item 1 que o objeto da licitação consiste em prestação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.9.1. Caso seja definido pela documentação que integra este Edital que o regime de execução será contratação por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

6.9.2. Caso seja definido pela documentação que integra este Edital que o regime de execução será empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme documentação e planilha anexadas a este Edital.

6.9.3. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, observado o disposto no subitem subsequente.

6.9.3.1. A inexequibilidade, na hipótese de proposta cujo valor seja inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, só será considerada após diligência do pregoeiro, facultando ao licitante comprovar, no prazo assinalado pela Administração, a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, sob pena de desclassificação.

6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços ou outra espécie de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11.1. Caso seja definido no item 1 que o objeto da licitação consiste em prestação de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, nos termos do disposto no § 5º do art. 56 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados na documentação que constitui Anexo deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.1.3. Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio no item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

7.1.3.1. Na hipótese de admissão da participação de pessoas jurídicas em consórcio e exigência de requisito de habilitação econômico-financeira de que trata o subitem anterior, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico-financeira.

7.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

7.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.7. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.8.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.9.2. O disposto nos subitens 7.9.1 e 7.13 será excepcionado se for definido no subitem 4.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, hipótese em que os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido no início deste Edital), observado o disposto nos subitens 7.1.1 e 7.3.

7.10. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.10.2. O disposto no subitem 7.10 será excepcionado se for definido no subitem 3.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, hipótese em que a verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos ocorrerá em relação a todos os licitantes, respeitada a exceção do subitem 7.10.1.

7.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

7.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no subitem 7.9.1.

7.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 3) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que item objeto desta licitação tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 3.

7.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições do subitem anterior deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

7.16. A disciplina da adjudicação, da homologação e da contratação (esta última não aplicável a licitações para registro de preços) encontra-se no item 14 deste Edital.

8. Da ata de registro de preços

8.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, conforme minuta que integra este Edital como Anexo, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

8.1.2. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

8.2. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

8.3. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

8.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

8.5. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas neste item 8, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, observado o disposto no item 10 deste Edital.

9. Da formação do cadastro de reserva

9.1. Após a homologação da licitação, será incluída na ata, na forma de anexo, o registro:

a) dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

b) dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

9.2. As contratações respeitarão a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

9.2.1. A apresentação de novas propostas dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário na forma da alínea "a" do subitem anterior não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

9.2.2. Os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão, na ordem de classificação, aqueles que mantiverem sua proposta original.

9.3. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista na documentação que integra este Edital, poderá:

a) convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO
SUPRIMENTOS
EDITAL

Aprovado segundo Parecer
PG nº 432/2026, de
24/02/2026, e Despacho PG
nº 738/2026, de 24/02/2026

b) adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observados o disposto neste item 10 e a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. em exceção ao disposto no subitem 8.3.3, se for definido no subitem 3.1 que a fase de habilitação antecede a fase de apresentação de propostas e lances, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados através de solicitação por meio do link:

<https://www.dga.unicamp.br/referencias/solicitacao-esclarecimentos-impugnacao-vistas-processos-licitacao>.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

11.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

11.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.5.4. deixar de apresentar amostra, caso exigida na documentação que integra este Edital; ou

11.1.5.5. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra em desacordo com as especificações do Edital;

11.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO
SUPLEMENTOS
EDITAL

Aprovado segundo Parecer
PG nº 432/2026, de
24/02/2026, e Despacho PG
nº 738/2026, de 24/02/2026

11.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação ou a ata de registro de preço (caso o item 1 defina licitação para registro de preços) no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

11.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

11.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.10.3. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. O recolhimento da multa dar-se-á na forma indicada na Resolução GR-019/2023, de 23/03/2023, a qual regulamenta a forma de aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito da UNICAMP e que pode ser acessada no seguinte endereço eletrônico:

<https://www.pg.unicamp.br/norma/31521/0>.

11.4.1. As importâncias relativas às multas serão descontadas do pagamento a que tiver direito a Contratada.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública do Estado de São Paulo pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão

composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica através do link: <https://www.dga.unicamp.br/referencias/solicitacao-esclarecimentos-impugnacao-vistas-processos-licitacao..>

12.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

12.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado no subitem subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) endereço(s) eletrônico(s) na Internet www.gov.br/compras, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

12.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

12.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

13.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 11.2.

13.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

13.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

13.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos no subitem anterior por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 2 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

13.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL". Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

13.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 6.1 deste Edital.

13.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

13.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que o adjudicatário, à época do certame licitatório, houver se comprometido a exibir por ocasião da celebração da contratação por meio de declaração específica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo;

13.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa);

13.2.1.5.3. caso seja definido no item 1 deste Edital que o objeto da licitação consiste em prestação de serviços de engenharia, a apresentação do registro ou inscrição do licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU competente, com o visto do CREA/SP ou do CAU/SP, conforme o caso, se o local do registro ou inscrição for situado em região não compreendida na área de jurisdição da referida entidade, observada a legislação aplicável.

13.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

13.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

13.2.2.2. O prazo para assinatura previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

13.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO
SUPLEMENTOS
EDITAL

Aprovado segundo Parecer
PG nº 432/2026, de
24/02/2026, e Despacho PG
nº 738/2026, de 24/02/2026

13.2.4. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2.5. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

13.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

13.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

13.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

13.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

13.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

13.15. Os casos omissos da presente licitação serão solucionados pelo Pregoeiro.

13.16. Para agilizar os procedimentos relativos ao empenhamento das despesas resultantes das futuras contratações, recomenda-se que o licitante informe, na proposta, a Agência do Banco do Brasil S/A em que mantém conta corrente, bem como o seu número, para que os pagamentos ocorram em conformidade com o disposto neste Edital.

13.17. As propostas sem a expressa indicação de prazos e/ou condições estabelecidas neste Edital serão consideradas ratificadas, nos termos do presente, pelos licitantes.

13.18. Com a apresentação da proposta, a proponente assume, independentemente de Declaração que:

13.18.1. tem ciência dos impedimentos à contratação com a Universidade Estadual de Campinas, previstos na Lei estadual nº 12.799/08 – CADIN ESTADUAL;

13.18.2. tem pleno conhecimento das disposições contidas no Edital e seus anexos, bem como no Manual da Divisão de Segurança do Trabalho - DSTr/DGRH (disponível no site:

https://www.dgrh.unicamp.br/wp-content/uploads/sites/18/2018/01/man_dsso_seguranca.pdf e no Caderno de Encargos da Prefeitura da Unicamp (disponível no site: <https://depi.unicamp.br/wp-content/uploads/sites/59/2024/10/Caderno-de-encargos-3.pdf>);

13.18.3. caso contratada, destinará os entulhos gerados na execução da obra, devidamente segregados, para aterros licenciados pela Prefeitura Municipal local, nos termos da Resolução nº 307 do CONAMA; e

13.18.4. caso contratada, utilizará produtos e subprodutos de madeira, de acordo com o disposto no Decreto Estadual n.º 53.047/2008.

13.19. Para dirimir as questões oriundas do presente Edital, não resolvidas na esfera administrativa, é competente o Foro da Comarca de Campinas, por mais privilegiado que outro seja.

13.20. O resultado do presente certame será divulgado no Diário Oficial do Estado de São Paulo - D.O.E. e nos endereços eletrônicos: http://www.imprensaoficial.com.br/ENegocios/BuscaENegocios_14_1.aspx, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

13.21. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.21.1. ANEXO I – Termo de Referência

13.21.2. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços

13.21.3. ANEXO III – Declaração de Compromisso de Utilização de Produtos e Subprodutos de Madeira

13.21.4. ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato

13.21.5. ANEXO V – Minuta de Nota de Empenho;

13.21.6. ANEXO VI – Minuta da Autorização de Fornecimento;

14. RESPONSÁVEIS

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Campinas, 05 de março de 2026

[ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE]



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO
SUPRIMENTOS
EDITAL**

Aprovado segundo Parecer
PG nº 432/2026, de
24/02/2026, e Despacho PG
nº 738/2026, de 24/02/2026

ANEXO III

**DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE UTILIZAÇÃO DE PRODUTOS E
SUBPRODUTOS DE MADEIRA**

Em conformidade com o disposto no §2º do artigo 8º do Decreto nº 53.047, de 2 de junho de 2008, que estabelece procedimentos na aquisição de produtos e subprodutos de madeira de origem nativa pelo Governo do Estado de São Paulo:

Eu, _____, RG n.º _____, legalmente nomeado representante da empresa _____, inscrita no CNPJ n.º _____, para o fim de qualificação técnica no procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 90108/2026, processo nº 01-P-24058/2024, declaro, sob as penas da lei, que para a execução da obra da licitação somente serão utilizados produtos e subprodutos de madeira de origem exótica ou, no caso de utilização de produtos e subprodutos listados no artigo 1º do decreto supracitado, a obrigação de sua aquisição de pessoa jurídica devidamente cadastrada no CADMADEIRA, tendo ciência de que o não atendimento da presente exigência na fase da execução do contrato poderá acarretar a rescisão unilateral com base no inciso I do artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a aplicação das penalidades previstas nos artigos 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021 e a proibição de contratar com a Administração Pública pelo período de três anos nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei Federal nº 9.605/98, independentemente de sua responsabilização na esfera criminal.

Local e data

Assinatura devidamente identificada com comprovação da representação legal da empresa



**TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Processo Administrativo nº (...)

TÉCNICO

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência trata do Registro de Preço para eventual contratação de serviço de pintura interna e externa de paredes, fachadas, tetos, portas, portões, grades, calha, rufos, esquadrias de madeira, esquadrias metálicas, estruturas metálicas, estruturas de madeira, suportes de ar condicionado, dutos, escadas, escada marinho, bicicletário, corrimãos e tubo de queda em edifícios de múltiplos pavimentos, nos termos da Tabela 01, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Tabela 01 – Especificação do serviço.

Item	Especificação	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade Total
1	Obras Civas – Pequenas Obras/Pintura em Geral	13455	Evento	300
2	Obras Civas – Pequenas Obras/Pintura em Geral	13455	Evento	200

1.2. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviço de luxo, conforme Decreto nº 67.985 do Estado de São Paulo, de 27 de setembro de 2023.

1.4. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviço comum de engenharia, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.5. A licitação resultará na formalização de Ata de Registro de Preços, com vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada conforme a legislação vigente, se assim entender a Administração. A partir da ata serão formalizados os instrumentos contratuais necessários.

1.6. O contrato, ou outro instrumento hábil que o substitua, oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Universidade Estadual de Campinas, campus de Campinas-SP, constitui-se de uma área de aproximadamente 4,0 milhões de metros quadrados, composto de cerca de 24 unidades de ensino, pesquisa e mais uma série de unidades de apoio às atividades acadêmicas. Conta com cerca de 903 prédios que totalizam o montante de 545.495,00 metros quadrados de área edificada, das mais variadas dimensões, finalidades, idades, tipologias, e sistemas de revestimento.

Por estarem em constante exposição a agentes ambientais como: chuva, umidade, poluição, poeira e radiação solar, o sistema de revestimento sofre o processo de degradação. Além disso, há também o desgaste e degradação relativos ao uso e ocupação da edificação. Siqueira et al. (2012) destaca que além de conforto visual, esse sistema tem como função precípua a proteção da edificação, pois visa resguardar as superfícies contra os agentes facilitadores da deterioração.



TERMO DE REFERÊNCIA SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA - LICITAÇÃO

Conforme retromencionado, a exposição das edificações aos agentes ambientais causa a degradação do sistema de revestimento das paredes, isso leva a níveis baixos de desempenho e contribui para o surgimento de manifestações patológicas que afetam a estética, o conforto e a habitabilidade.

Outrossim, a universidade é um ambiente plural que passa por mudanças ao longo do ano letivo, dentre as quais estão as alterações relativas ao uso e ocupação das edificações. Com isso, necessita frequentemente de ações para adequar o sistema de revestimentos das paredes a fim de tornar os ambientes aptos ao uso e condizentes com as atividades desempenhadas.

Em suma, nota-se a necessidade frequente de ações a fim de promover a conservação e adequação do sistema de revestimento de parede para tornar os ambientes aptos ao uso e, com isso, possibilitar a continuidade das atividades desenvolvidas na instituição e a preservação do patrimônio público.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. Considerando a necessidade da instituição, faz-se necessário o conjunto de serviços descritos nos itens 3.1.1 e 3.1.2.

3.1.1. PINTURA INTERNA

Reparo de trincas rasas, até 5 mm de largura, em tetos e paredes de ambientes internos.

Este serviço contempla o fornecimento de materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra para o reparo de trincas rasas, com até 5 mm de largura. O reparo deverá seguir o seguinte procedimento:

- abertura da trinca formando um V, com largura até 10 mm e profundidade de até 8 mm;
- lixamento e remoção do pó;
- aplicação de uma demão do fundo preparador de paredes (referência Suvinil ou equivalente) com diluente (referência Diluente 6870 da Suvinil ou equivalente), preparado na proporção 2:1 (duas partes de fundo preparador e uma parte de diluente);
- aplicação da emulsão acrílica vedante (referência Selatrinca da Suvinil ou equivalente), em duas etapas, sendo a segunda 24 horas após a primeira;
- uma demão de impermeabilizante acrílico (referência Suviflex da Suvinil ou equivalente), diluído com 10% de água;
- colagem da fita autoadesiva em poliéster (referência Fitafix ou equivalente);
- aplicação, sobre a fita adesiva, da segunda demão de impermeabilizante acrílico, diluído com 10% de água, em superfícies que apresentam trincas rasas com até 5 mm de largura.

Demolição manual de revestimento de argamassa de tetos e paredes.

Este serviço contempla o fornecimento de materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra para a demolição manual de revestimento de argamassa em paredes e tetos de ambientes internos nos locais onde se apresentarem os, mal aderidos ou sem resistência devido à degradação.

Chapisco aplicado em alvenarias e estrutura de concreto internas, com colher de pedreiro, argamassa traço 1:3 com preparo manual.

Este serviço contempla o fornecimento de materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra para o preparo manual de argamassa, traço 1:3 (cimento e areia grossa), o transporte e

a aplicação em alvenaria e estrutura de concreto internas. Antes de começar a aplicação, a superfície da base deve ser limpa (livre de irregularidades, incrustações metálicas, poeira, graxas ou óleos) e umedecida para evitar ressecamento da argamassa. Com a argamassa preparada, conforme especificado, aplicar com colher de pedreiro vigorosamente, formando uma camada uniforme de espessura de 3 a 5 mm.

Massa única, em argamassa traço 1:2:8, preparo mecânico, aplicada manualmente em teto, espessura de 17,5 mm, com taliscas.

Este serviço contempla o fornecimento de materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra para o preparo, distribuição e lançamento da argamassa, sarrafeamento, acabamento e realização de detalhes tetos. A argamassa deverá ter traço de 1:2:8 (cimento, cal e areia média) com preparo manual.

Massa única, em argamassa traço 1:2:8, preparo manual, aplicada manualmente em paredes internas, espessura de 17,5 mm, com taliscas.

Este serviço contempla o fornecimento de materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra para o preparo, distribuição e lançamento da argamassa, sarrafeamento, acabamento e realização de detalhes em paredes internas. A argamassa deverá ter traço de 1:2:8 (cimento, cal e areia média) com preparo manual.

Emassamento com massa látex, aplicação em teto, duas demãos, incluso lixamento manual.

Este serviço contempla o fornecimento de materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra para aplicação de massa corrida acrílica (referência comercial Coral ou equivalente), lixamento e remoção de pó em teto.

Emassamento com massa látex, aplicação em parede, duas demãos, incluso lixamento manual.

Este serviço contempla o fornecimento de materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra para aplicação de massa corrida acrílica (referência comercial Coral ou equivalente), lixamento e remoção de pó em parede.

Pintura manual de teto com tinta látex acrílica premium, duas demãos, incluso preparo da superfície.

Este serviço contempla o fornecimento de materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra para aplicação manual de uma demão de fundo selador acrílico premium (referência comercial Eucatex ou equivalente) e duas demãos de tinta látex acrílica premium (referência comercial Eucatex ou equivalente), cores prontas de catálogo. O preparo da superfície deve ser feito de acordo com a NBR 13245.

Pintura manual de parede com tinta látex acrílica premium, duas demãos, incluso preparo da superfície.

Este serviço contempla o fornecimento de materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra para aplicação manual de uma demão de fundo selador acrílico premium (referência comercial Eucatex ou equivalente) e duas demãos de tinta látex acrílica premium (referência comercial Eucatex ou equivalente), cores prontas de catálogo. O preparo da superfície deve ser feito de acordo com a NBR 13245.

Pintura com esmalte sintético premium sobre superfícies metálicas ATÉ 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.

Este serviço contempla o fornecimento de materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra para a pintura de superfícies em metal como: grades de fechamento, grades de proteção, suportes de ar condicionado, dutos, portas, portões, escadas, escada marinho, bicicletário,

TERMO DE REFERÊNCIA SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA - LICITAÇÃO

corrimãos, janelas, batentes, tubos de queda, até 02 metros de altura, com esmalte sintético premium a base de resina alquídica (referência comercial Eucatex ou equivalente), cores prontas de catálogo, duas demãos. O preparo da superfície deve ser de acordo com a NBR 13245, o qual compreende o lixamento de toda superfície, a limpeza com pano umedecido com aguarrás ou tiner, aplicação de uma demão de fundo anticorrosivo.

Pintura com esmalte sintético premium sobre superfícies metálicas ACIMA de 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.

Este serviço contempla o fornecimento de materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra para a pintura de superfícies em metal como: grades de fechamento, grades de proteção, suportes de ar condicionado, dutos, portas, portões, escadas, escada marinho, corrimãos, janelas, batentes, tubos de queda, acima 02 metros de altura, com esmalte sintético premium a base de resina alquídica (referência comercial Eucatex ou equivalente), cores prontas de catálogo, duas demãos. O preparo da superfície deve ser de acordo com a NBR 13245, o qual compreende o lixamento de toda superfície, a limpeza com pano umedecido com aguarrás ou tiner, aplicação de uma demão de fundo anticorrosivo.

Pintura com verniz alquídico sobre superfície de madeira, ATÉ 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.

Este serviço contempla o fornecimento de materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra para a pintura de elementos de madeira com verniz marítimo premium a base de resina alquídica, referência comercial Sayerlack ou equivalente. O preparo da superfície deve ser de acordo com a NBR 13245, o qual compreende o lixamento de toda superfície, a limpeza do pó com um pano umedecido com aguarrás ou tiner.

Pintura com verniz alquídico sobre superfície de madeira, ACIMA de 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.

Este serviço contempla o fornecimento de materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra para a pintura de elementos de madeira com verniz marítimo premium a base de resina alquídica, referência comercial Sayerlack ou equivalente, acima de 02 metros de altura. O preparo da superfície deve ser de acordo com a NBR 13245, o qual compreende o lixamento de toda superfície, a limpeza do pó com um pano umedecido com aguarrás ou tiner.

Pintura com esmalte sintético sobre superfície de madeira, ATÉ 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.

Este serviço contempla o fornecimento de materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra para a pintura de elementos de madeira com esmalte sintético premium a base de resina alquídica, referência comercial Sayerlack ou equivalente, até 02 metros de altura. O preparo da superfície deve ser de acordo com a NBR 13245, o qual compreende o lixamento de toda superfície, a limpeza do pó com um pano umedecido com aguarrás ou tiner.

Pintura com esmalte sintético sobre superfície de madeira, ACIMA de 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.

Este serviço contempla o fornecimento de materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra para a pintura de elementos de madeira com esmalte sintético premium a base de resina alquídica, referência comercial Sayerlack ou equivalente, acima 02 metros de altura. O preparo da superfície deve ser de acordo com a NBR 13245, o qual compreende o lixamento de toda superfície, a limpeza do pó com um pano umedecido com aguarrás ou tiner.

Textura acrílica, aplicação manual em parede, uma demão.

Este item contempla o fornecimento de materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra para aplicação de massa acrílica premium em parede com efeito texturizado.

3.1.2. **PINTURA EXTERNA**

Retirada de interferências em fachada de edifícios de múltiplos pavimentos.

Este serviço contempla o fornecimento de materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra para a retirada, com posterior reinstalação, de interferências internas e externas como: placas, toldos, quadros, mobiliários, letreiros, grades, suporte de ar-condicionado, espelhos, suportes, extintores, luminárias, ventiladores, bebedouros, espelhos de tomadas e interruptores e demais materiais e equipamentos elétricos e eletrônicos.

Linha de vida provisória em edifícios de múltiplos pavimentos.

Este serviço contempla o fornecimento de materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra para a montagem e desmontagem de linha de vida provisória em edifícios de múltiplos pavimentos.

Montagem e desmontagem de andaime tubular tipo "torre" (exclusive andaime e limpeza).

Este serviço contempla o fornecimento de ferramentas, equipamentos e mão de obra para o transporte, montagem e desmontagem de andaime metálico tubular de encaixe, tipo torre, cada painel com largura de 1,0 m a 1,5 m de altura, incluindo diagonal, barras de ligação, sapatas ou rodízios e demais itens necessários a montagem.

A medição do serviço será feita utilizando a altura montada do andaime.

Locação de andaime metálico tubular de encaixe, tipo torre, cada painel com largura de até 1,5 m e altura de *1,00* m, incluindo diagonal, barras de ligação, sapata ou rodízios e demais itens necessários a montagem (não inclui instalação).

Este serviço contempla o fornecimento de andaime metálico tubular de encaixe, tipo torre, cada painel com largura de 1,0 m a 1,5 m de altura, incluindo diagonal, barras de ligação, sapatas ou rodízios e demais itens necessários a montagem.

Reparo de trincas rasas até 5 mm de largura, em fachada de edifícios de múltiplos pavimentos.

Este serviço contempla o fornecimento de materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra para o reparo de trincas rasas, com até 5 mm de largura. O reparo deverá seguir o seguinte procedimento:

- abertura da trinca formando um V, com largura até 10 mm e profundidade de até 8 mm;
- lixamento e remoção do pó;
- aplicação de uma demão do fundo preparador de paredes (referência Suvinil ou equivalente) com diluente (referência Diluente 6870 da Suvinil ou equivalente), preparado na proporção 2:1 (duas partes de fundo preparador e uma parte de diluente);
- aplicação da emulsão acrílica vedante (referência Selatrinca da Suvinil ou equivalente), em duas etapas, sendo a segunda 24 horas após a primeira;
- uma demão de impermeabilizante acrílico (referência Suviflex da Suvinil ou equivalente), diluído com 10% de água;
- colagem da fita autoadesiva em poliéster (referência Fitafix ou equivalente);
- aplicação, sobre a fita adesiva, da segunda demão de impermeabilizante acrílico, diluído com 10% de água, em superfícies que apresentam trincas rasas com até 5 mm de largura.

Demolição manual de revestimento de argamassa em fachada de edifício de múltiplos pavimentos.

Este serviço contempla o fornecimento de materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra para a demolição manual de revestimento de argamassa em fachada de edifício de múltiplos pavimentos nos locais onde se apresentarem ociosos, mal aderidos ou sem resistência devido à degradação.

Chapisco aplicado em alvenaria (com presença de vãos) e estrutura de concreto de fachada, com colher de pedreiro, argamassa traço 1:3 com preparo manual.

Este serviço contempla o fornecimento de materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra para o preparo manual de argamassa, traço 1:3 (cimento e areia grossa), o transporte e a aplicação em alvenaria e estrutura de concreto em fachada de edifícios de múltiplos pavimentos. Antes de começar a aplicação, a superfície da base deve ser limpa (livre de irregularidades, incrustações metálicas, poeira, graxas ou óleos) e umedecida para evitar ressecamento da argamassa. Com a argamassa preparada, conforme especificado, aplicar com colher de pedreiro vigorosamente, formando uma camada uniforme de espessura de 3 a 5 mm.

Emboço ou massa única em argamassa traço 1:2:8, espessura de 25 mm, preparo manual, aplicada manualmente em fachada de edifício de múltiplos pavimentos.

Este serviço contempla o fornecimento de materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra para a distribuição e lançamento da argamassa, sarrafeamento, acabamento e realização de detalhes em fachada de edifícios de múltiplos pavimentos. A argamassa deverá ter traço de 1:2:8 (cimento, cal e areia média) para emboço/massa única com preparo manual e a tela de aço soldada galvanizada/zincada para alvenaria fio D = *1,24 mm, malha 25 x 25 mm. Os encontros de estrutura com alvenaria devem ser reforçados com tela metálica eletrossoldada, fixando-a com pinos.

Limpeza de fachada por hidrojateamento.

Este serviço contempla o fornecimento de materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra para a limpeza de fachada com jato d'água de alta pressão, inclusive varrição e descarte, em local apropriado, dos materiais e resíduos resultantes da lavagem.

Pintura manual de fachada de edifício de múltiplos pavimentos, com presença de vãos, com tinta látex acrílica premium, duas demãos, incluso preparo da superfície.

Este serviço contempla o fornecimento de materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra para a aplicação manual de uma demão de fundo selador acrílico premium (referência comercial Eucatex ou equivalente) e duas demãos de tinta látex acrílica premium (referência comercial Eucatex ou equivalente), cores prontas de catálogo, em fachada de edifício de múltiplos pavimentos.

Pintura manual de fachada de edifício de múltiplos pavimentos, com presença de vãos, com tinta emborrachada, duas demãos, incluso preparo da superfície.

Este serviço contempla o fornecimento de materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra para a aplicação manual de uma demão de fundo selador acrílico premium (referência comercial Eucatex ou equivalente) e duas demãos de tinta acrílica emborrachada (referência comercial Eucatex ou equivalente), cores prontas de catálogo, em fachada de edifício de múltiplos pavimentos.

Aplicação manual de massa acrílica em fachada de edifícios de múltiplos pavimentos, com presença de vãos, duas demãos, incluso preparo da superfície.

Este serviço contempla o fornecimento de materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra para a aplicação manual de uma demão de fundo selador acrílico premium (referência



TERMO DE REFERÊNCIA SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA - LICITAÇÃO

comercial Eucatex ou equivalente), duas demãos de massa acrílica (referência comercial Coral ou equivalente) e o lixamento da massa para uniformização de superfícies de fachada de edifício de múltiplos pavimentos.

Aplicação manual de resina acrílica premium hidrorrepelente, a base de solvente, em fachada de edifício de múltiplos pavimentos, com presença de vãos, duas demãos, incluso preparo da superfície.

Este serviço contempla o fornecimento de materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra para remoção de partes brilhantes e soltas, por meio de lixamento, eliminação de poeira e aplicação manual de duas demãos de resina acrílica hidrorrepelente a base de solvente (referência comercial Eucatex ou equivalente) em fachada de edifício de múltiplos pavimentos.

Revestimento cerâmico para paredes externas, com placas tipo grês e semigrês, formato menor ou igual a 200 cm², incluso rejuntamento.

Este serviço contempla o fornecimento de materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra para o assentamento de placas cerâmicas, com argamassa AC-III, com formato menor ou igual a 200 cm² e o rejuntamento em qualquer cor, em fachada de edifício de múltiplos pavimentos.

Pintura com verniz alquídico sobre superfície de madeira, ATÉ 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.

Este serviço contempla o fornecimento de materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra para a pintura de elementos de madeira com verniz marítimo premium a base de resina alquídica, referência comercial Sayerlack ou equivalente. O preparo da superfície deve ser de acordo com a NBR 13245, o qual compreende o lixamento de toda superfície, a limpeza do pó com um pano umedecido com aguarrás ou tiner.

Pintura com verniz alquídico sobre superfície de madeira, ACIMA de 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.

Este serviço contempla o fornecimento de materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra para a pintura de elementos de madeira com verniz marítimo premium a base de resina alquídica, referência comercial Sayerlack ou equivalente, acima de 02 metros de altura. O preparo da superfície deve ser de acordo com a NBR 13245, o qual compreende o lixamento de toda superfície, a limpeza do pó com um pano umedecido com aguarrás ou tiner.

Pintura com esmalte sintético sobre superfície de madeira, ATÉ 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.

Este serviço contempla o fornecimento de materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra para a pintura de elementos de madeira com esmalte sintético premium a base de resina alquídica, referência comercial Sayerlack ou equivalente, até 02 metros de altura. O preparo da superfície deve ser de acordo com a NBR 13245, o qual compreende o lixamento de toda superfície, a limpeza do pó com um pano umedecido com aguarrás ou tiner.

Pintura com esmalte sintético sobre superfície de madeira, ACIMA de 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.

Este serviço contempla o fornecimento de materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra para a pintura de elementos de madeira com esmalte sintético premium a base de resina alquídica, referência comercial Sayerlack ou equivalente, acima 02 metros de altura. O preparo da superfície deve ser de acordo com a NBR 13245, o qual compreende o lixamento de toda superfície, a limpeza do pó com um pano umedecido com aguarrás ou tiner.

Pintura com esmalte sintético premium sobre superfícies metálicas, ATÉ 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.

Este serviço contempla o fornecimento de materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra para a pintura de superfícies em metal como: grades de fechamento, grades de proteção, suportes de ar condicionado, dutos, portas, portões, escadas, escada marinho, bicicletário, corrimãos, janelas, batentes, tubos de queda, até 02 metros de altura, com esmalte sintético premium a base de resina alquídica (referência comercial Eucatex ou equivalente), cores prontas de catálogo, duas demãos. O preparo da superfície deve ser de acordo com a NBR 13245, o qual compreende o lixamento de toda superfície, a limpeza com pano umedecido com aguarrás ou tiner, aplicação de uma demão de fundo anticorrosivo.

Pintura com esmalte sintético premium sobre superfícies metálicas, ACIMA de 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.

Este serviço contempla o fornecimento de materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra para a pintura de superfícies em metal como: grades de fechamento, grades de proteção, suportes de ar condicionado, dutos, portas, portões, escadas, escada marinho, corrimãos, janelas, batentes, tubos de queda, acima 02 metros de altura, com esmalte sintético premium a base de resina alquídica (referência comercial Eucatex ou equivalente), cores prontas de catálogo, duas demãos. O preparo da superfície deve ser de acordo com a NBR 13245, o qual compreende o lixamento de toda superfície, a limpeza com pano umedecido com aguarrás ou tiner, aplicação de uma demão de fundo anticorrosivo.

Aplicação manual de pintura com tinta texturizada acrílica em panos com presença de vãos de edifícios de múltiplos pavimentos.

Este item contempla o fornecimento de materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra para aplicação de massa acrílica premium em fachadas de edifícios de múltiplos pavimentos para acabamento com efeito texturizado.

3.2. Os materiais utilizados deverão ter certificado de qualificação no Programa Setorial de Qualidade – PSQ do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat – PBQP-H e compatíveis com a vida útil de projeto especificada na Tabela C.6 da NBR 15575-1, atendendo, dentre outras, às seguintes normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT:

- NBR 11702 – Tintas para construção civil – Tintas, vernizes texturas e complementos para edificações não industriais – Classificação e requisitos;
- NBR 16211 – Tintas para construção civil – Verniz brilhante à base de solvente monocomponente – Requisitos de desempenho de tintas para edificações não industriais;
- NBR 15079-1 – Tintas para construção civil – Requisitos mínimos de desempenho – Parte 1: Tinta látex fosca nas cores claras;
- NBR 15079-2 – Tintas para construção civil – Requisitos mínimos de desempenho – Parte 2: Tintas látex semiacetinada, acetinada e semibrilho nas cores claras;
- NBR 12554 – Tintas para edificações não industriais – Terminologia;
- NBR 15494 – Tintas para construção civil – Requisitos de desempenho de tintas para edificações não industriais – Tinta brilhante à base de solvente com secagem oxidativa.
- NBR 15348 – Tintas para construção civil – Massa niveladora monocomponente à base de dispersão aquosa para alvenaria – Requisitos;
- NBR 14940 – Tintas para construção civil – Método para avaliação de desempenho de tintas para edificações não industriais – Determinação da resistência à abrasão úmida;
- NBR 14942 – Tintas para construção civil – Método para avaliação de desempenho de tintas para edificações não industriais – Determinação do poder de cobertura de tinta seca e rendimento teórico;



TERMO DE REFERÊNCIA SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA - LICITAÇÃO

- NBR 14943 – Tintas para construção civil – Métodos para avaliação de desempenho de tintas para edificações não industriais – Determinação do poder de cobertura de tinta úmida.

3.3. Os serviços deverão ser executados conforme as recomendações dos fabricantes e, dentre outras, as seguintes normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT:

- NBR 13245 – Tintas para construção civil - Execução de pinturas em edificações não industriais - Preparação de superfície;
- NBR 7200 – Execução de revestimento de paredes e tetos de argamassas inorgânicas – Procedimento;
- NBR 13755 – Revestimento cerâmico de fachadas e paredes externas com utilização de argamassa colante – Projeto, execução, inspeção e aceitação – Procedimento;
- NBR 13529 – Revestimentos de paredes e tetos de argamassa inorgânicas – Terminologia;
- NR 06 – Equipamento de Proteção Individual – EPI;
- NR 18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;
- NR 35 – Trabalho em Altura.

3.4. O rol de normas retro mencionadas é exemplificativo e não esgota a obrigatoriedade da utilização das demais normas vigentes, ainda que não mencionadas, e todas elas deverão ser utilizadas sempre na sua última versão publicada, cabendo à DETENTORA verificar, buscar, adquirir e utilizar essa versão.

3.5. Os serviços serão realizados simultaneamente com as atividades normais dos prédios, portanto cuidados especiais quanto à interdição, movimentação de materiais e isolamento das áreas deverão ser tomados durante a execução dos serviços.

3.6. Durante todo o tempo dos serviços o imóvel deverá ser mantido limpo e varrido com o acondicionamento de detritos em sacos de rafia novos que, juntamente com os restos de materiais e embalagens que deverão ser tratados conforme indicado nos itens 3.6.1. e 3.6.2. A detentora foca responsável por manter limpo os acessos, assim como as áreas adjacentes que porventura tenham recebido detritos provenientes dos serviços.

3.6.1. A DETENTORA responsabilizar-se-á pela retirada e transporte de todas as sobras de materiais, embalagens, equipamentos e ferramentas, dando a correta destinação e deixando o local completamente limpo, livre e desimpedido de quaisquer resíduos dos serviços.

3.6.2. Os resíduos gerados deverão ser tratados de acordo com as diretrizes, critérios e procedimentos de gestão dos resíduos da construção estabelecidos na Resolução Conama nº 307 de 05 de julho de 2002, e suas alterações, e as normas e procedimentos da Coordenadoria de Gestão Ambiental e de Resíduos da Unicamp (GEARE).

3.7. A DETENTORA deverá emitir Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) a cada Evento prestado.

3.7.1. A exigência de emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) poderá ser dispensada, desde que sejam verificadas peculiaridades específicas relacionadas ao local de execução dos serviços que justifiquem a dispensa. A dispensa será formalizada mediante solicitação da DETENTORA devidamente fundamentado e justificado.



TERMO DE REFERÊNCIA SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA - LICITAÇÃO

3.7.2. Nos serviços em altura a DETENTORA deverá apresentar ART de segurança do trabalho, emitida por profissional técnico legalmente habilitado, devidamente preenchida e paga, o qual será responsável por:

- Apresentar os seguintes documentos em relação aos funcionários:
 - RG e ficha de registro de todos os profissionais que trabalharão na instalação;
 - Certificado de curso de trabalho em altura emitido por profissional ou empresa com comprovada proficiência no assunto, com consignação do certificado na ficha de registro;
 - ASO emitido por médico do trabalho, atestando que o profissional está apto para exercer trabalho em altura;
 - Recibo de entrega de EPI;
 - Recibo de treinamento para inspeção, utilização e conservação dos EPI;
 - Demais documentos pertinentes à segurança do trabalho que entender conveniente.
- Desenvolver, dimensionar e implantar os Sistemas de Proteção Contra Queda (SPCQ);
- Desenvolver e estabelecer procedimento operacional para as atividades rotineiras do trabalho em altura;
- Realizar avaliação prévia das condições no local do trabalho em altura, planejar e implementar ações e medidas complementares de segurança aplicáveis;
- Acompanhar o cumprimento das medidas de proteção estabelecidas;
- Informar os trabalhadores sobre os riscos e as medidas de controle;
- Garantir que os serviços somente se iniciarão depois de adotadas as medidas de proteção;
- Estabelecer uma sistemática de autorização dos trabalhadores para trabalho em altura;
- Supervisionar o trabalho em altura para que seja realizado conforme definido na análise de riscos;
- Implantar sistema de inspeção diária de todos os elementos do SPCQ, devendo-se registrar os resultados das inspeções;
- Estabelecer procedimentos e equipe de emergência para resgate e salvamento de trabalhadores em caso de necessidade de emergências para trabalho em altura;
- Apresentar toda a documentação antes no início dos trabalhos.
- Elaborar a Análise Preliminar de Risco, contemplando no mínimo:
 - Medidas que eliminem o risco de queda dos trabalhadores;
 - Medidas que minimizem as consequências da queda, quando o risco de queda não puder ser eliminado;
 - Análise do local em que os serviços serão executados e seu entorno, prevendo o isolamento e a sinalização da área de trabalho;
 - O estabelecimento dos sistemas de proteção contra quedas e pontos de ancoragem com detalhamento de como deverá ser executado, inspecionado e mantido;
 - Possíveis condições meteorológicas adversas e medidas de controle e/ou interrupção dos serviços;
 - A seleção, inspeção, forma de utilização e limitação de uso dos sistemas de proteção coletiva e individual, atendendo às normas técnicas vigentes, às orientações dos fabricantes e aos princípios da redução do impacto e dos fatores de queda;



TERMO DE REFERÊNCIA SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA - LICITAÇÃO

- Risco de queda de materiais e ferramentas e os procedimentos para evitar tais eventos;
- Os trabalhos simultâneos que apresentem riscos específicos;
- O atendimento aos requisitos de segurança e saúde;
- Riscos adicionais;
- As condições impeditivas;
- As situações de emergência e o planejamento do resgate e primeiros socorros, de forma a reduzir o tempo da suspensão inerte do trabalhador.
- Elaborar Permissão de Trabalho – PT, contendo no mínimo:
 - Validade da permissão e da duração das atividades, o turno de trabalho, a possibilidade de revalidação em turnos diferentes, o responsável pela revalidação nas situações em que não ocorram mudanças nas condições estabelecidas ou na equipe de trabalho;
 - Os requisitos mínimos a serem atendidos para a execução dos trabalhos;
 - As disposições e medidas estabelecidas na Análise de Risco;
 - A relação de todos os envolvidos e suas autorizações.

3.8. A DETENTORA poderá ser penalizada em caso de descumprimento das normas de segurança e medicina do trabalho.

3.9. As ligações de energia, água e esgoto necessárias para perfeita execução dos serviços deverão ser solicitadas ao fiscal do contrato, o qual definirá os pontos a serem interligados, e executados (Material e Mão de Obra) sob responsabilidade da DETENTORA.

3.10. A DETENTORA responsabilizar-se-á por recolocar os móveis, quadros, espelhos, suportes, estantes, extintores, luminárias, ventiladores, espelhos de tomadas e interruptores e demais materiais e demais objetos e equipamentos aos locais de origem.

3.11. Cabe a DETENTORA manter o local dos serviços isolados e com sistema de sinalização de acordo com as normas de segurança do trabalho.

3.12. A DETENTORA deverá fornecer uniformes a todos seus colaboradores a fim de tornar possível a identificação pelos fiscais.

3.13. A fiscalização avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo III, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a DETENTORA:

3.13.1. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade exigida;

3.13.2. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

3.14. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

3.15. Durante a execução do objeto o fiscal monitorará constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à DETENTORA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

3.16. O fiscal apresentará ao preposto da DETENTORA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados.



TERMO DE REFERÊNCIA SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA - LICITAÇÃO

- 3.17. Em hipótese alguma será admitido que a própria DETENTORA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 3.18. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à DETENTORA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 3.19. O fiscal poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 3.20. A DETENTORA responsabilizar-se-á por todas as despesas relativas à execução dos serviços, tais como: mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, fretes, transportes horizontais e verticais, impostos, taxas, emolumentos, leis sociais, serviços extraordinários, dentre outros.
- 3.21. A DETENTORA responsabilizar-se-á pelo transporte dos materiais, equipamentos, mão de obra necessários à execução dos serviços, dentro e fora dos locais de trabalho.
- 3.22. A DETENTORA responsabilizar-se-á por danos e/ou prejuízos causados diretamente por seus funcionários na execução dos serviços, aos equipamentos, instalações gerais ou patrimônio da CONTRATANTE, inclusive danos materiais e pessoais causados a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, apurados após regular processo administrativo.
- 3.23. A DETENTORA fica obrigada a refazer, sem nenhum acréscimo ao valor contratado, o serviço não realizado a contento, bem como, em caso de necessidade, substituir material envolvido.
- 3.24. A CONTRATANTE não aceitará, sob nenhuma hipótese, a transferência de qualquer responsabilidade da DETENTORA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subcontratados, etc.
- 3.25. Para a seleção das cores a CONTRATANTE utilizará catálogos de cores prontas disponibilizados por fabricantes, com produtos certificados no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat – PBQPH, e que atendam às especificações técnicas.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Subcontratação

- 4.1.1. É vedada a subcontratação completa das parcelas principais do objeto da contratação.
- 4.1.2. É admitida a subcontratação parcial do objeto, conforme as regras estabelecidas no contrato.
- 4.1.2.1. A subcontratação fica limitada a:
- Lote 1 – Pintura Interna.
 - Reparo de trincas rasas, até 5 mm de largura, em tetos e paredes de ambientes internos (item 1.1 da planilha orçamentária);
 - Demolição manual de revestimentos de argamassa em ambientes internos (item 1.2 da planilha orçamentária);

TERMO DE REFERÊNCIA SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA - LICITAÇÃO

- Pintura com verniz alquídico sobre superfície de madeira, duas demãos, incluso preparo da superfície (item 1.12 e 1.13 da planilha orçamentária);
- Pintura com esmalte sintético sobre superfície de madeira, duas demãos, incluso preparo da superfície (item 1.14 e 1.15 da planilha orçamentária).
- Lote 2 – Pintura Externa.
 - Retirada de interferências em fachadas de edifícios de múltiplos pavimentos (item 2.1 da planilha orçamentária);
 - Linha de vida provisória em edifícios de múltiplos pavimentos (item 2.2 da planilha orçamentária);
 - Montagem e desmontagem de andaime tubular tipo torre (exclusive andaime e limpeza) (item 2.3 da planilha orçamentária);
 - Locação de andaime metálico tubular de encaixe, tipo torre, cada painel com largura de até 1,5 m e altura de *1,00*m, incluindo diagonal, barras de ligação, sapata ou rodízios e demais itens necessários a montagem (não inclui instalação) (item 2.4 da planilha orçamentária);
 - Reparo de trincas rasas, até 5 mm de largura, em fachada de edifícios de múltiplos pavimentos (item 2.5 da planilha orçamentária);
 - Demolição manual de revestimento de argamassa em fachada de edifícios de múltiplos pavimentos (item 2.6 da planilha orçamentária).
 - Pintura com verniz alquídico sobre superfície de madeira, duas demãos, incluso preparo da superfície (item 2.15 e 2.16 da planilha orçamentária);
 - Pintura com esmalte sintético sobre superfície de madeira, duas demãos, incluso preparo da superfície (item 2.17 e 2.18 da planilha orçamentária).
 - Revestimento cerâmico para paredes externas, com placas tipo grês ou semigrês, formato menor ou igual a 200 cm², incluso rejuntamento (item 2.14 da planilha orçamentária).

4.1.2.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação.

4.2. Vistoria

4.2.1. Por se tratar de um serviço comum de engenharia, cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos com especificações usuais e reconhecidas pelo mercado, não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

4.3. Exigências para Habilitação Técnica

4.3.1. Para fins de habilitação técnica, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

4.3.1.1. Registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU ou Conselho Federal dos Técnicos – CFT, em plena validade;



TERMO DE REFERÊNCIA SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA - LICITAÇÃO

4.3.1.1.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

4.3.1.2. Comprovação de capacidade técnico-operacional em execução de serviço compatível em complexidade, características, quantidades e prazos com o objeto da licitação. A comprovação se dará por meio da apresentação de certidão ou atestado, reconhecido em cartório, expedido em nome da licitante e fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

- Lote 1 – Pintura Interna
 - 30.000,00 m² de pintura manual de parede com tinta látex acrílica premium, duas demãos, incluso preparo da superfície (Item 1.9 da planilha orçamentária).
 - 5.000,00 m² de pintura com esmalte sintético premium sobre superfícies metálicas, ATÉ 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície (Item 1.10 da planilha orçamentária).
- Lote 2 – Pintura Externa
 - 57.500,00 m² de pintura manual de fachada de edifício de múltiplos pavimentos, com presença de vãos, com tinta látex acrílica premium, duas demãos, incluso preparo da superfície (Item 2.10 da planilha orçamentária).
 - 5.000,00 m² de pintura com esmalte sintético premium sobre superfícies metálicas, ACIMA de 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície (Item 2.20 da planilha orçamentária).

4.3.1.2.1. Será admitido, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, o somatório de diferentes atestados, desde que executados em período concomitante.

4.3.1.3. Comprovação de a licitante possuir profissional de nível superior, reconhecido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU ou Conselho Federal dos Técnicos – CFT, responsável técnico pela empresa.

4.3.1.3.1. A comprovação do vínculo profissional pode se dar mediante a apresentação de contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize pela empresa.

4.3.1.3.2. Também será aceita para fins da comprovação de que trata esta alínea a certidão de registro da empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU ou Conselho Federal dos Técnicos - CFT, no caso de o profissional que será indicado como responsável técnico ser também o responsável da empresa junto ao conselho competente.

4.3.1.4. Comprovação de capacidade técnico-profissional do profissional responsável pela execução do serviço. A comprovação se dará por meio de Certidão de Acervo Técnico – CAT desse profissional, emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU ou Conselho Federal dos Técnicos -



TERMO DE REFERÊNCIA SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA - LICITAÇÃO

CFT, por execução de serviço de características semelhantes limitadas estas exclusivamente à parcela de maior relevância, que é:

- Lote 1 – Pintura Interna
 - Pintura manual de parede com tinta látex acrílica premium, duas demãos, incluso preparo da superfície (Item 1.9 da Planilha Orçamentária).
 - Pintura com esmalte sintético premium sobre superfícies metálicas, ATÉ 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície (Item 1.10 da planilha orçamentária).
- Lote 2 – Pintura Externa
 - Pintura manual de fachada de edifício de múltiplos pavimentos, com presença de vãos, com tinta látex acrílica premium, duas demãos, incluso preparo da superfície (Item 2.10 da planilha orçamentária).
 - Pintura com esmalte sintético premium sobre superfícies metálicas, ACIMA de 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície (Item 2.20 da planilha orçamentária).

4.3.1.4.1. A licitante deverá comprovar o vínculo profissional entre a empresa e o responsável técnico pelos serviços.

4.3.1.4.1.1. A comprovação do vínculo profissional pode se dar mediante a apresentação de contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize pela execução dos serviços.

4.3.1.4.1.2. Também será aceita para fins da comprovação de que trata esta alínea a certidão de registro da empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU ou Conselho Federal dos Técnicos - CFT, no caso de o profissional que será indicado como responsável técnico da empresa ser também o responsável técnico pelos serviços.

4.3.1.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de execução

5.1.1. A forma de fornecimento será parcelada, por demanda, mediante solicitação de Evento.

5.1.1.1. Aqui define-se Evento como um acontecimento pré-planejado que reúne uma ou mais de uma Ordem de Serviço.

5.1.1.2. Cada evento será formalizado por meio de Autorização de Fornecimento ou Instrumento Contratual, conforme o valor definido para o Evento.



TERMO DE REFERÊNCIA SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA - LICITAÇÃO

5.1.1.3. Em cada Ordem de Serviço (OS) será indicado a quantidade de cada serviço, dentre os elencados nos lotes 01 ou 02 do Anexo I e especificados no Item 3.1, o endereço do local, entre os elencados no Item 5.3.1, o prazo para execução calculado conforme o Anexo II, o nome e o telefone de contato do responsável pela unidade.

5.1.2. A estimativa é a emissão de 300 Eventos para o Lote 1 e de 200 Eventos para o Lote 2 durante a vigência da Ata.

5.1.2.1. Considerando essa forma de fornecimento, as quantidades consistem mera estimativa, não constituindo, em hipótese alguma, compromissos futuros para a universidade, razão pela qual não poderão ser exigidos nem considerados como quantidades e valores para pagamento mínimo, podendo sofrer alterações de acordo com as necessidades da CONTRATANTE, sem que isso justifique qualquer indenização à DETENTORA.

5.1.3. A execução dos Eventos deverá ser iniciada somente após a liberação formal da fiscalização.

5.1.3.1. Todos os materiais deverão ser apresentados pela DETENTORA à Fiscalização antes do início dos serviços. Caso algum dos materiais apresente irregularidade quanto à especificação constante neste Termo de Referência, deverá ser substituído por material que atenda às especificações solicitadas.

5.1.3.1.1. Os serviços não poderão ser iniciados enquanto não forem sanadas as irregularidades dos materiais.

5.1.3.2. Para o Lote 1, a Detentora deverá dispor de mão de obra qualificada, bem como de equipamentos e materiais em quantidade suficiente, de modo a assegurar, de forma simultânea, a execução de uma produção diária mínima de 200,00 m² de serviços de pintura, conforme solicitação da Contratante.

5.1.3.3. Para o Lote 2, a Detentora deverá dispor de mão de obra qualificada, bem como de equipamentos e materiais em quantidade suficiente, de modo a assegurar, de forma simultânea, a execução de uma produção diária mínima de 250,00 m² de serviços de pintura, conforme solicitação da Contratante.

5.1.4. A DETENTORA deverá informar, na Ordem de Serviço, a data de início e término de cada serviço listado durante a execução.

5.1.4.1. Após a conclusão de cada Ordem de Serviço (OS), a DETENTORA deverá apresentar comunicação formal informando o término dos trabalhos à fiscalização e solicitar a vistoria do serviço, acompanhada das Ordem de Serviço (OS) e os respectivos relatórios fotográficos mostrando a situação antes, durante e após os serviços executados.

5.1.4.2. Após a comunicação da DETENTORA, citada no item 5.1.4.1, a fiscalização efetuará vistoria no prazo de até 10 (dez) dias corridos verificando se os serviços foram executados em conformidade com as especificações deste Termo de Referência. Em caso positivo será dado o aceite do serviço, caso seja constatado alguma irregularidade a DETENTORA terá 07 (sete) dias corridos para saná-las e solicitar nova vistoria.

5.1.4.3. Uma Ordem de Serviço será considerada concluída quando todos os serviços previstos estiverem efetivamente executados em sua totalidade.

5.1.5. A CONTRATANTE se reserva o direito de contratar com outras empresas, simultaneamente e para o mesmo local, a execução de obras e/ou serviços distintos daqueles



TERMO DE REFERÊNCIA SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA - LICITAÇÃO

abrangidos pelo objeto do presente Termo de Referência. Neste caso, a DETENTORA não poderá impor quaisquer dificuldades à introdução de materiais, equipamentos e pessoal na área, para a execução destes serviços. A DETENTORA exonera desde já a CONTRATANTE de toda e qualquer responsabilidade relativa a danos ou prejuízos que lhe sejam causados pelas empresas acima citadas. As responsabilidades serão recíprocas e exclusiva das empresas contratadas.

5.1.6. Um Evento será considerado concluído quando todas as Ordens de Serviço pertencentes a ele estiverem efetivamente concluídas.

5.2. Prazo de execução

5.2.1. O prazo de execução para entrega de cada Evento será calculado conforme Anexo II.

5.2.1.1. O prazo para início da execução poderá ser prorrogado desde que ocorra algum dos seguintes motivos:

5.2.1.1.1. Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução.

5.2.1.1.2. Aumento das quantidades inicialmente previstas.

5.2.1.1.3. Por ordem e no interesse da Administração.

5.2.1.1.4. Impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.

5.2.1.1.5. Toda prorrogação de prazo deverá ser fundamentada e justificada por escrito e previamente autorizada pelo fiscal responsável pelo contrato.

5.2.1.2. A mão de obra a ser empregada pela DETENTORA deverá ser corretamente dimensionada para atender as demandas no prazo de execução.

5.2.2. Eventos com prazo de execução de até 30 (trinta) dias terão medição única.

5.2.3. Eventos cujos prazos de execução forem superiores a 30 (trinta) dias terão medições mensais.

5.3. Local e horário da prestação dos serviços

5.3.1. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:

- CAMPUS UNICAMP - Cidade Universitária "Zeferino Vaz", Campinas/SP.
 - Latitude: 22°49'30.27"S
 - Longitude: 47°4'0.63"O
- Conjunto Moradia Estudantil – Av. Santa Isabel, 1.125 – Vila Santa Isabel – Campinas/SP.
 - Latitude: 22°49'16.01"S
 - Longitude: 47°5'22.70"O
- CPQBA – Av. Alexandre Cazelato, 999 – Vila Betel – Paulínia/SP.
 - Latitude: 22°47'52.41"S
 - Longitude: 47°6'49.87"O



TERMO DE REFERÊNCIA SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA - LICITAÇÃO

- CIS GUANABARA – Rua Mario Siqueira, 829 – Campinas/SP.
 - Latitude: 22°53'39.96"S
 - Longitude: 47°4'1.94"O
- Colégio Técnico da Unicamp Campinas - COTUCA – Rua Culto a Ciência n.177- Centro – Campinas/SP.
 - Latitude: 22°54'8.31"S
 - Longitude: 47°4'1.22"O
- Casa do Professor Visitante – Rua Edna de Barros Sanches, 91 – Barão Geraldo – Campinas/SP.
 - Latitude: 22°49'0.42"S
 - Longitude: 47°5'24.89"O
- LUME - Rua Carlos Diniz Leitão, 150 – Barão Geraldo – Campinas/SP.
 - Latitude: 22°49'10.83"S
 - Longitude: 47°5'14.78"O

5.3.2. A Contratada deverá executar os serviços em pleno uso das instalações, de segunda a sexta-feira, das 7h às 17h, sem prejuízo ao andamento normal das atividades nos locais das intervenções.

5.3.3. Os serviços poderão ser realizados aos sábados, domingos e feriados, desde que solicitados pela contratada com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, devidamente justificados e aprovados pela Administração.

5.4. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.4.1. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.5. Recebimento

5.5.1. Os Eventos serão recebidos provisoriamente, pelo fiscal, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data do envio da comunicação informando o término do Evento.

5.5.1.1. A CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

5.5.1.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada Evento, o fiscal do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à DETENTORA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.



TERMO DE REFERÊNCIA SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA - LICITAÇÃO

5.5.1.3. A DETENTORA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

5.5.1.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, na proposta e instrumento contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

5.5.2. O Recebimento Definitivo do Evento será realizado no prazo de 90 (noventa) dias corridos, contados do Recebimento Provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.5.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.5.4. Nenhum prazo de recebimento correrá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

5.5.5. A emissão do Termo de Recebimento Provisório e Definitivo será feita somente para os Eventos concluídos.

5.5.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Geraldo José Ferreira

Coordenador da Divisão de Manutenção
Divisão de Manutenção/Prefeitura Universitária
(19) 3521-8083 – geraldof@unicamp.br

Raimundo Fagner de Freitas Kochem

Engenheiro Civil
Divisão de Manutenção/Prefeitura Universitária
(19) 3521-4692 – rfagner@unicamp.br

**TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO**

ANEXO I – LOTES E SERVIÇOS PREVISTOS

Tabela 02 – Serviços previstos para o Lote 1.

Lote 1 – Pintura Interna			
Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1.1	Reparo de trincas rasas, até 5 mm de largura, em teto e paredes de ambientes internos.	m	2.000,00
1.2	Demolição manual de revestimento de argamassa de tetos e paredes.	m ²	5.000,00
1.3	Chapisco aplicado em alvenaria e estruturas de concreto internas, com colher de pedreiro, argamassa traço 1:3 com preparo manual.	m ²	5.000,00
1.4	Massa única, em argamassa traço 1:2:8, preparo mecânico, aplicada manualmente em teto, espessura de 17,5 mm, com taliscas.	m ²	5.000,00
1.5	Massa única, em argamassa traço 1:2:8, preparo manual, aplicada manualmente em parede internas, espessura de 17,5 mm, com taliscas.	m ²	5.000,00
1.6	Emassamento com massa látex, aplicação em teto, duas demãos, lixamento manual.	m ²	25.000,00
1.7	Emassamento com massa látex, aplicação em parede, duas demãos, lixamento manual.	m ²	35.000,00
1.8	Pintura manual de teto com tinta látex acrílica premium, duas demãos, incluso preparo da superfície.	m ²	40.000,00
1.9	Pintura manual de parede com tinta látex acrílica premium, duas demãos, incluso preparo da superfície.	m ²	60.000,00
1.10	Pintura com esmalte sintético premium sobre superfícies metálicas, ATÉ 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.	m ²	10.000,00
1.11	Pintura com esmalte sintético premium sobre superfícies metálicas, ACIMA 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.	m ²	3.000,00
1.12	Pintura com verniz alquídico sobre superfície de madeira, ATÉ 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.	m ²	5.500,00
1.13	Pintura com verniz alquídico sobre superfície de madeira, ACIMA de 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.	m ²	2.000,00
1.14	Pintura com esmalte sintético sobre superfície de madeira, ATÉ 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.	m ²	5.000,00
1.15	Pintura com esmalte sintético sobre superfície de madeira, ACIMA 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.	m ²	2.000,00
1.16	Textura acrílica, aplicação manual em parede, uma demão.	m ²	5.000,00

TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO

Tabela 03 – Serviços previstos para o Lote 2.

Lote 2 – Pintura Externa			
Item	Descrição	Unidade	Quantidade
2.1	Retirada de interferências em fachada de edifícios de múltiplos pavimentos.	h	20.000,00
2.2	Linha de vida provisória em edifícios de múltiplos pavimentos.	m	4.000,00
2.3	Montagem e desmontagem de andaime tubular tipo “torre” (exclusive andaime e limpeza).	m	4.000,00
2.4	Locação de andaime metálico tubular de encaixe, tipo torre, cada painel com largura de até 1,5 m e altura de *1,00* m, incluindo diagonal, barras de ligação, sapata ou rodízios e demais itens necessários a montagem (não inclui a instalação).	mxmês	4.000,00
2.5	Reparo de trincas rasas, até 5 mm de largura, em fachada de edifícios de múltiplos pavimentos.	m	2.000,00
2.6	Demolição manual de revestimento de argamassa em fachada de edifício de múltiplos pavimentos.	m²	6.500,00
2.7	Chapisco aplicado em alvenaria (com presença de vãos) e estrutura de concreto de fachada, com colher de pedreiro, argamassa traço 1:3 com preparo manual.	m²	6.500,00
2.8	Emboço ou massa única em argamassa traço 1:2:8, espessura de 25 mm, preparo manual, aplicada manualmente em fachada de edifício de múltiplos pavimentos.	m²	6.500,00
2.9	Limpeza de fachada por hidrojateamento.	m²	115.000,00
2.10	Pintura manual de fachada de edifício de múltiplos pavimentos, com presença de vãos, com tinta látex acrílica premium, duas demãos, incluso preparo da superfície.	m²	115.000,00
2.11	Pintura manual de fachada de edifício de múltiplos pavimentos, com presença de vãos, com tinta emborrachada, duas demãos, incluso preparo da superfície.	m²	20.000,00
2.12	Aplicação manual de massa acrílica em fachada de edifícios de múltiplos pavimento, com presença de vãos, duas demãos, incluso preparo da superfície.	m²	20.000,00
2.13	Aplicação manual de resina acrílica premium hidrorrepelente, a base de solvente, em fachadas de edifício de múltiplos pavimentos, duas demãos, incluso preparo da superfície.	m²	10.000,00
2.14	Revestimento cerâmico para paredes externas, com placas tipo grês ou semigrês, em formato menor ou igual a 200 cm², incluso rejuntamento.	m²	2.000,00

TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO

2.15	Pintura com verniz alquídico sobre superfície de madeira, ATÉ 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.	m ²	2.500,00
2.16	Pintura com verniz alquídico sobre superfície de madeira, ACIMA de 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.	m ²	2.000,00
2.17	Pintura com esmalte sintético sobre superfície de madeira, ATÉ 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.	m ²	2.500,00
2.18	Pintura com esmalte sintético sobre superfície de madeira, ACIMA 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.	m ²	2.000,00
2.19	Pintura com esmalte sintético premium sobre superfícies metálicas, ATÉ 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.	m ²	6.000,00
2.20	Pintura com esmalte sintético premium sobre superfícies metálicas, ACIMA de 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.	m ²	10.000,00
2.21	Aplicação manual de pintura com tinta texturizada acrílica em panos com presença de vãos de edifícios de multiplus pavimentos.	m ²	10.000,00

ANEXO II – PRAZOS DE EXECUÇÃO

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. O prazo de execução é o período determinado para a realização total dos serviços de uma Ordem de Serviço, contado a partir da data de início até a conclusão final de todos os serviços previstos.

1.2. O prazo de execução de cada Ordem de Serviço será calculado pela produtividade da mão de obra envolvida, por meio do coeficiente de Razão Unitária de Produção (RUP) apresentados na Tabela 04 e Tabela 05, extraídos dos Boletins Referenciais de Custos do Sistema Nacional de Preços e Índices para a Construção Civil – Sinapi e da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano - CDHU, e nas especificações de tempo de cura das normas técnicas e recomendações fornecidas pelos fabricantes dos materiais utilizados, quando aplicáveis, conforme a Eq. 01.

$$\text{Prazo de execução} = \frac{\sum_{i=0}^n \text{Serv}_i \times \text{RUP}_i}{8} + \sum_{i=0}^n T_{\text{cura},i} \quad \text{Eq. 01}$$

Sendo:

Serv. – Quantidade de serviço;

RUP – Razão Unitária de Produção referente ao serviço;

T_{cura} – Tempo de cura referente ao serviço, definido por norma ou fabricante de material.

Tabela 04 – Razão Unitária de Produção para os serviços do Lote 1.

Item	Descrição	RUP
1.1	Reparo de trincas rasas, até 5 mm de largura, em teto e paredes de ambientes internos.	0,5000
1.2	Demolição manual de revestimento de argamassa de tetos e paredes.	0,1151
1.3	Chapisco aplicado em alvenaria e estruturas de concreto internas, com colher de pedreiro, argamassa traço 1:3 com preparo manual.	0,0681
1.4	Massa única, em argamassa traço 1:2:8, preparo mecânico, aplicada manualmente em teto, espessura de 17,5 mm, com taliscas.	0,7902
1.5	Massa única, em argamassa traço 1:2:8, preparo manual, aplicada manualmente em parede internas, espessura de 17,5 mm, com taliscas.	0,3906
1.6	Emassamento com massa látex, aplicação em teto, duas demãos, lixamento manual.	0,7419
1.7	Emassamento com massa látex, aplicação em parede, duas demãos, lixamento manual.	0,3610
1.8	Pintura manual de teto com tinta látex acrílica premium, duas demãos, incluso preparo da superfície.	0,3197
1.9	Pintura manual de parede com tinta látex acrílica premium, duas demãos, incluso preparo da superfície.	0,2297
1.10	Pintura com esmalte sintético premium sobre superfícies metálicas, ATÉ 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.	2,3324

TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO

1.11	Pintura com esmalte sintético premium sobre superfícies metálicas, ACIMA 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.	2,3736
1.12	Pintura com verniz alquídico sobre superfície de madeira, ATÉ 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.	0,5259
1.13	Pintura com verniz alquídico sobre superfície de madeira, ACIMA de 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.	0,6836
1.14	Pintura com esmalte sintético sobre superfície de madeira, ATÉ 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.	0,4346
1.15	Pintura com esmalte sintético sobre superfície de madeira, ACIMA 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.	0,5649
1.16	Textura acrílica, aplicação manual em parede, uma demão.	0,1541

Tabela 05 – Razão Unitária de Produção para os serviços do Lote 2.

Item	Descrição	RUP
2.1	Retirada de interferências em fachada de edifícios de múltiplos pavimentos.	1,0000
2.2	Linha de vida provisória em edifícios de múltiplos pavimentos.	0,0349
2.3	Montagem e desmontagem de andaime tubular tipo "torre" (exclusive andaime e limpeza).	0,6977
2.4	Locação de andaime metálico tubular de encaixe, tipo torre, cada painel com largura de até 1,5 m e altura de *1,00*m, incluindo diagonal, barras de ligação, sapata, ou rodízios e demais itens necessários a montagem (não inclui instalação).	1,0000
2.5	Reparo de trincas rasas, até 5 mm de largura, em fachada de edifícios de múltiplos pavimentos.	0,6000
2.6	Demolição manual de revestimento de argamassa em fachada de edifício de múltiplos pavimentos.	0,4646
2.7	Chapisco aplicado em alvenaria (com presença de vãos) e estrutura de concreto de fachada, com colher de pedreiro, argamassa traço 1:3 com preparo manual.	0,1724
2.8	Emboço ou massa única em argamassa traço 1:2:8, espessura de 25 mm, preparo manual, aplicada manualmente em fachada de edifício de múltiplos pavimentos.	0,6010
2.9	Limpeza de fachada por hidrojateamento.	0,1000

TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO

2.10	Pintura manual de fachada de edifício de múltiplos pavimentos, com presença de vãos, com tinta látex acrílica premium, duas demãos, incluso preparo da superfície.	0,3058
2.11	Pintura manual de fachada de edifício de múltiplos pavimentos, com presença de vãos, com tinta emborrachada, duas demãos, incluso preparo da superfície.	0,3058
2.12	Aplicação manual de massa acrílica em fachada de edifícios de múltiplos pavimento, com presença de vãos, duas demãos, incluso preparo da superfície.	0,6145
2.13	Aplicação manual de resina acrílica premium hidrorrepelente, a base de solvente, em fachadas de edifício de múltiplos pavimentos, duas demãos, incluso preparo da superfície.	0,1054
2.14	Revestimento cerâmico para paredes externas, com placas tipo grês ou semigrês, em formato menor ou igual a 200 cm², incluso rejuntamento.	1,4740
2.15	Pintura com verniz alquídico sobre superfície de madeira, ATÉ 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.	0,5259
2.16	Pintura com verniz alquídico sobre superfície de madeira, ACIMA de 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.	0,6311
2.17	Pintura com esmalte sintético sobre superfície de madeira, ATÉ 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.	0,4346
2.18	Pintura com esmalte sintético sobre superfície de madeira, ACIMA 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.	0,5215
2.19	Pintura com esmalte sintético premium sobre superfícies metálicas, ATÉ 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.	2,3324
2.20	Pintura com esmalte sintético premium sobre superfícies metálicas, ACIMA de 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.	2,8191
2.21	Aplicação manual de pintura com tinta texturizada acrílica em panos com presença de vãos de edifícios de múltiplos pavimentos.	0,1357

1.3. Nos casos em que a Eq. 01 resultar em um número não inteiro, será adotado o procedimento de arredondamento para o número inteiro superior.

1.4. Nos casos onde a execução dos serviços seja impactada pela ocorrência de chuvas, os dias em que o clima impossibilitar o andamento normal das atividades serão abonados e considerados como tempo de inatividade, não sendo computados no prazo de execução. O período de interrupção será determinado pela verificação da intensidade e da duração da chuva na base de dados do Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas à Agricultura – CEPAGRI e vistoria *in loco*.



**TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO**

1.5. O prazo de execução poderá ser estendido ou reduzido, desde que ocorra algum dos seguintes motivos:

- 1.5.1. Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução.
- 1.5.2. Aumento das quantidades inicialmente previstas.
- 1.5.3. Por ordem e no interesse da Administração.
- 1.5.4. Impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.

1.6. Toda prorrogação ou redução de prazo deverá ser fundamentada e justificada por escrito e previamente autorizada pelo fiscal responsável pelo contrato.

ANEXO III – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. O IMR é o instrumento construído para que os fiscais meçam a qualidade do serviço prestado, por meio de indicadores, com o objetivo de obter serviços com níveis de qualidade almejado pela universidade.

1.2. Este anexo apresenta os indicadores e suas respectivas, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequação de pagamento por eventual não atendimento.

1.3. Da aplicação deste instrumento resultará uma pontuação total, apurada pelo somatório e dedução da pontuação atribuída a cada indicador.

1.4. A pontuação final de desempenho pode resultar em valores entre 0 (zero) e 100 (cem), correspondentes às situações de serviço desprovido de qualidade e serviço com qualidade elevada, respectivamente.

1.5. A pontuação total atribuída indicará o nível de qualidade dos serviços prestados e será tomada como parâmetro para ajustes no valor a ser pago por cada Ordem de Serviço, devido a eventual não atendimento do nível de desempenho esperado.

2. INDICADORES

2.1. A fim de se mensurar objetivamente a qualidade dos serviços como um todo, eles serão avaliados por meio dos seguintes indicadores: Segurança do Trabalho, Tempo de Resposta, Tempo de Execução e Qualidade do Serviço.

2.2. Cada indicador contribui com uma quantidade máxima de pontos, conforme apresentado na Tabela 06.

Tabela 06 – Pontuação por Indicador.

Indicador	Pontuação
Saúde e Segurança do Trabalho	10
Tempo de Resposta	15
Tempo de Execução	25
Qualidade do Serviço	50

2.3. Saúde e Segurança do Trabalho

2.3.1. Este indicador visa garantir o compromisso da DETENTORA com a saúde e segurança dos colaboradores. Ele monitora a implementação de práticas preventivas e a conformidade com normas de segurança, com o objetivo de mitigar a ocorrência de acidentes de trabalho. O foco é criar um ambiente seguro, protegendo a integridade física e mental dos colaboradores e promovendo uma cultura organizacional de cuidado e responsabilidade.

2.3.2. A saúde e segurança do trabalho será avaliada por Ordem de Serviço.

2.3.3. A Tabela 07 apresenta a meta, o instrumento de medição, a forma de acompanhamento, a periodicidade, o mecanismo de cálculo, o início da vigência e a pontuação deste indicador.

Tabela 07 – Indicador de Segurança do Trabalho.

Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês.
Instrumento de medição	Ficha de Verificação de Serviço – FVS no Anexo IV.
Forma de acompanhamento	Pessoalmente pelo fiscal.
Periodicidade	Diária.

TERMO DE REFERÊNCIA

SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA - LICITAÇÃO

Mecanismo de cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas por pessoa por dia.
Início da vigência	A partir do início da prestação do serviço.
Pontuação	Será descontado 1 ponto por pessoa por dia que não atenderem as normas e leis aplicáveis.

2.4. Tempo de Resposta

2.4.1. Este indicador mede a rapidez com que a DETENTORA responde as demandas. Seu objetivo é garantir agilidade no atendimento e o comprometimento da DETENTORA com as demandas da instituição.

2.4.2. O tempo de resposta será avaliado por Ordem de Serviço.

2.4.3. A Tabela 08 apresenta a meta, o instrumento de medição, a forma de acompanhamento, a periodicidade, o mecanismo de cálculo, o início da vigência e a pontuação deste indicador.

Tabela 08 – Indicador de Tempo de Respostas.

Meta a cumprir	Prazo constante no item 5.1.3.
Instrumento de medição	Por meio das Ordens de Serviço.
Forma de acompanhamento	Pessoalmente pelo fiscal.
Periodicidade	Diária.
Mecanismo de cálculo	Verificação da quantidade de dias superior a meta.
Início da vigência	A partir do início da prestação dos serviços.
Pontuação	Será descontado 1 ponto por dia de atraso.

2.5. Tempo de Execução

2.5.1. Este indicador refere-se ao tempo necessário para concluir uma Ordem de Serviço. Este indicador tem como objetivo avaliar a eficiência operacional e o comprometimento da DETENTORA com as demandas da universidade.

2.5.2. O tempo de execução será avaliado por Ordem de Serviço.

2.5.3. A Tabela 09 apresenta a meta, o instrumento de medição, a forma de acompanhamento, a periodicidade, o mecanismo de cálculo, o início da vigência e a pontuação deste indicador.

Tabela 09 – Indicador de Tempo de Execução.

Meta a cumprir	Prazo execução estabelecido conforme no Anexo II.
Instrumento de medição	Por meio das Ordens de Serviço.
Forma de acompanhamento	Pessoalmente pelo fiscal.
Periodicidade	Diária.
Mecanismo de cálculo	Verificação da quantidade de dias que extrapolam o prazo de execução estabelecido no Anexo II.
Início da vigência	A partir do início da prestação dos serviços.
Pontuação	Será descontado 1 ponto por dia excedente ao prazo de execução estabelecido.

2.6. Qualidade dos Serviços

2.6.1. Este indicador busca mensurar, de forma objetiva, a satisfação em relação aos serviços prestados. Ele avalia a conformidade com as especificações e a frequência de falhas



TERMO DE REFERÊNCIA SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA - LICITAÇÃO

ou reclamações. Seu objetivo principal é garantir a entrega de serviços que atendam as expectativas da universidade.

2.6.2. A qualidade dos serviços será avaliada por Ordem de Serviço.

2.6.3. A Tabela 10 apresenta a meta, o instrumento de medição, a forma de acompanhamento, a periodicidade, o mecanismo de cálculo, a data de início da vigência e a pontuação deste indicador.

Tabela 10 – Indicador de Qualidade dos Serviços Prestados.

Meta a cumprir	Indicador de Grau Satisfação Excelente.
Instrumento de medição	Ficha de Verificação de Serviço – FVS no Anexo IV.
Forma de acompanhamento	Pessoalmente pelo fiscal.
Periodicidade	Diária.
Mecanismo de cálculo	Conforme descrito no item 2.6.7 deste anexo.
Início da vigência	A partir do início da prestação do serviço.
Pontuação	De 0 a 50 Pontos, conforme Grau de Conformidade Geral.

2.6.4. A pontuação deste indicador dar-se-á em função do Grau de Conformidade Geral (GCG), por meio da Eq. (01).

$$Pontuação = GCG \times 0,5 \quad \text{Eq. (01)}$$

2.6.5. O Grau de Conformidade Geral (GCG) dar-se-á em função do Grau de Conformidade de Serviço (GCS) dos serviços executados em cada Ordem de Serviço, sendo obtido por meio da Eq. (02).

$$GCG = \frac{\sum GCS}{Quantidade \ de \ GCS} \quad \text{Eq. (02)}$$

2.6.6. O Grau de Conformidade de Serviço (GCS) será obtido por meio das Fichas de Verificação de Serviço – FVS do Anexo IV.

2.6.6.1. O Grau de Conformidade dos quesitos, verificado por meio de Ficha de Verificação de Serviço – FVS, poderá ser: Plenamente Conforme, Parcialmente Conforme e Não Conforme.

2.6.6.1.1. Quesito Plenamente Conforme é aquele que atende integralmente todos os critérios e requisitos estabelecidos, normas e especificações técnicas aplicáveis e atingiu todos os resultados esperados. Não apresenta desvios ou não conformidades, garantindo qualidade e desempenho conforme o esperado.

2.6.6.1.2. Quesito Parcialmente Conforme é aquele que não cumpriu um ou mais requisito ou não possui o resultado esperado, apresenta pequenos desvios ou falhas.

2.6.6.1.3. Quesito Não Conforme é aquele que não cumpriu nenhum dos requisitos, normas e especificações técnicas aplicáveis e não possui o resultado esperado. Apresenta falhas ou problemas que comprometem o uso, estética, funcionalidade e/ou a qualidade do serviço.

TERMO DE REFERÊNCIA

SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA - LICITAÇÃO

2.6.7. O cálculo da pontuação deste indicador seguirá a seguinte sequência:

- Cálculo do Grau de Conformidade de Serviço (GCS) de todos os serviços executados na Ordem de Serviço, conforme Ficha de Verificação de Serviço – FVS no anexo IV;
- Cálculo do Grau de Conformidade Geral (GCG) da Ordem de Serviço, conforme Item 2.6.5;
- Cálculo da pontuação do indicador, conforme Item 2.6.4.

3. PONTUAÇÃO DA ORDEM DE SERVIÇO

3.1. A pontuação de cada Ordem de Serviço dar-se-á pelo somatório dos pontos referentes a cada indicador avaliado, conforme item 2.3, 2.4, 2.5 e 2.6.

4. FAIXAS DE AJUSTES

4.1. Os pagamentos devidos, relativos a cada Ordem de Serviço, serão ajustados pela pontuação total de cada Ordem de Serviço, conforme Item 3.1, Tabela 11 e Eq. 05.

Tabela 11 – Faixas de ajustes.

Faixa de pontuação	Pagamento devido	Fator de ajuste
De 80 a 100 pontos	100% do valor previsto	1,00
De 70 a 79 pontos	90% do valor previsto	0,90
De 60 a 69 pontos	80% do valor previsto	0,80
De 50 a 59 pontos	70% do valor previsto	0,70
De 40 a 49 pontos	60% do valor previsto	0,60
Abaixo de 40 pontos	60% do valor previsto e avaliar necessidade de aplicação de sanções contratuais	0,60 e avaliar necessidade de aplicação de sanções contratuais.

$$\text{Valor a ser pago} = [\text{Valor da Ordem de Serviço}] \times [\text{Fator de ajuste}] \quad \text{Eq. (05)}$$

5. NÍVEL DE DESEMPENHO

5.1. O nível de desempenho da DETENTORA será definido para cada Ordem de Serviço por meio da Tabela 12 e da pontuação obtida no Item 3.1.

Tabela 12 – Níveis de desempenho em função da pontuação obtida.

Faixa de pontuação	Nível de desempenho
De 95 a 100 pontos	Excelente
De 71 a 94 pontos	Bom
De 51 a 70 pontos	Regular
De 0 a 50 pontos	Péssimo



**TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO**



**TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO**

ANEXO IV – FICHAS DE VERIFICAÇÃO DE SERVIÇO – FVS



Universidade Estadual de Campinas

Diretoria Executiva de Administração - DEA

Prefeitura Universitária "Zeferino Vaz" - Divisão de Manutenção

Ficha de Verificação de Serviço - FVS

Serviço: Reparo de trincas rasas, até 5 mm de largura, em tetos e paredes de ambientes internos.

Detentora:

O.S.:

Resp.:

Contrato:

Início: / /

Fim: / /

Quesito	Método de verificação	Tolerância	Conformidade	Observações
Materiais	Verificar se os materiais são compatíveis em quantidade, qualidade e dosagem com as especificações e o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Ferramentas e equipamentos	Verificar se as ferramentas e equipamentos são adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Saúde e segurança	Verificar se os colaboradores utilizam equipamentos de proteção individual e coletivo adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Acabamento	Verificar, visualmente, cobrimento, uniformidade, ondulação, presença de fissuras ou desagregação da superfície.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	



TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO

Limpeza	Verificar se o local está totalmente limpo, sem restos de argamassa, embalagens, resíduos, etc.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
---------	---	---	---	--

- Grau de Conformidade do Serviço (GCS)

Plenamente Conforme: (Somatório de todos os itens avaliados como Plenamente Conforme)
Parcialmente Conforme: (Somatório de todos os itens avaliados como Parcialmente Conforme)
Não Conforme: (Somatório de todos os itens avaliados como Não Conforme)
GCS: (Maior valor entre os três níveis de conformidade dividido pelo total de quesitos avaliados, multiplicado por 100)

Fiscal responsável pelo serviço

Representante da empresa Detentora



TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO



Universidade Estadual de Campinas
Diretoria Executiva de Administração - DEA
Prefeitura Universitária "Zeferino Vaz" - Divisão de Manutenção

Ficha de Verificação de Serviço - FVS

Serviço: Demolição manual de revestimento de argamassa de tetos e paredes.
Detentora:
O.S.:
Resp.:

Contrato:
Início: / /
Fim: / /

Quesito	Método de verificação	Tolerância	Conformidade	Observações
Materiais	Verificar se os materiais são compatíveis em quantidade, qualidade e dosagem com as especificações e o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Ferramentas e equipamentos	Verificar se as ferramentas e equipamentos são adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Saúde e segurança	Verificar se os colaboradores utilizam equipamentos de proteção individual e coletivo adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Acabamento	- Verificar, visualmente, se o revestimento foi removido por completo, sem deixar fragmentos que possam comprometer a aderência da nova camada; - Verificar se a demolição não causou danos à superfície original (alvenaria, concreto etc.);	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	



TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO

Limpeza	Verificar se o local está totalmente limpo, sem restos de argamassa, embalagens, resíduos, etc.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
---------	---	---	---	--

- Grau de Conformidade do Serviço (GCS)

Plenamente Conforme: (Somatório de todos os itens avaliados como Plenamente Conforme)
Parcialmente Conforme: (Somatório de todos os itens avaliados como Parcialmente Conforme)
Não Conforme: (Somatório de todos os itens avaliados como Não Conforme)
GCS: (Maior valor entre os três níveis de conformidade dividido pelo total de quesitos avaliados, multiplicado por 100)

Fiscal responsável pelo serviço

Representante da empresa Detentora



TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO



Universidade Estadual de Campinas
Diretoria Executiva de Administração - DEA
Prefeitura Universitária "Zeferino Vaz" - Divisão de Manutenção

Ficha de Verificação de Serviço - FVS

Serviço: Chapisco aplicado em alvenaria e estruturas de concreto internas, com colher de pedreiro, argamassa traço 1:3 preparo manual.
Detentora:
O.S.:
Resp.:

Contrato:

Início: / /

Fim: / /

Quesito	Método de verificação	Tolerância	Conformidade	Observações
Materiais	Verificar se os materiais são compatíveis em quantidade, qualidade e dosagem com as especificações e o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Ferramentas e equipamentos	Verificar se as ferramentas e equipamentos são adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Saúde e segurança	Verificar se os colaboradores utilizam equipamentos de proteção individual e coletivo adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Acabamento	- Verificar, visualmente, rugosidade, uniformidade, aderência e desagregação;	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Limpeza	Verificar se o local está totalmente limpo, sem restos de argamassa, embalagens, resíduos, etc.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	



TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO

- Grau de Conformidade do Serviço (GCS)

Plenamente Conforme:	(Somatório de todos os itens avaliados como Plenamente Conforme)
Parcialmente Conforme:	(Somatório de todos os itens avaliados como Parcialmente Conforme)
Não Conforme:	(Somatório de todos os itens avaliados como Não Conforme)
GCS:	(Maior valor entre os três níveis de conformidade dividido pelo total de quesitos avaliados, multiplicado por 100)

Fiscal responsável pelo serviço

Representante da empresa Detentora



TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO



Universidade Estadual de Campinas
Diretoria Executiva de Administração - DEA
Prefeitura Universitária "Zeferino Vaz" - Divisão de Manutenção

Ficha de Verificação de Serviço - FVS

Serviço: Massa única, em argamassa traço 1:2:8, preparo mecânico, aplicada manualmente em teto, espessura de 17,5 mm, com taliscas.
Detentora:
O.S.:
Resp.:

Contrato:

Início: / /

Fim: / /

Quesito	Método de verificação	Tolerância	Conformidade	Observações
Materiais	Verificar se os materiais são compatíveis em quantidade, qualidade e dosagem com as especificações e o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Ferramentas e equipamentos	Verificar se as ferramentas e equipamentos são adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Saúde e segurança	Verificar se os colaboradores utilizam equipamentos de proteção individual e coletivo adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Prumo	Verificar o prumo, com régua de nível ou prumo de face, principalmente junto aos vãos de portas e janelas.	± 2 mm	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	



TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO

Cantos e Quinas	Verificar a linearidade e regularidade.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Planicidade	Verificar a planicidade com régua de alumínio.	≤ 3 mm em relação a uma régua com 2 m de comprimento	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Acabamento	Verificar, visualmente, a rugosidade, ondulação, presença de fissuras ou desagregação.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Limpeza	Verificar se o local está totalmente limpo, sem restos de argamassa, embalagens, resíduos, etc.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	

- Grau de Conformidade do Serviço (GCS)

Plenamente Conforme: (Somatório de todos os itens avaliados como Plenamente Conforme)
Parcialmente Conforme: (Somatório de todos os itens avaliados como Parcialmente Conforme)
Não Conforme: (Somatório de todos os itens avaliados como Não Conforme)
GCS: (Maior valor entre os três níveis de conformidade dividido pelo total de quesitos avaliados, multiplicado por 100)

Fiscal responsável pelo serviço

Representante da empresa Detentora



TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO



Universidade Estadual de Campinas
Diretoria Executiva de Administração - DEA
Prefeitura Universitária "Zeferino Vaz" - Divisão de Manutenção

Ficha de Verificação de Serviço - FVS

Serviço: Massa única, em argamassa traço 1:2:8, preparo mecânico, aplicada manualmente em parede, espessura de 17,5 mm, com taliscas.
Detentora:
O.S.:
Resp.:

Contrato:

Início: / /

Fim: / /

Quesito	Método de verificação	Tolerância	Conformidade	Observações
Materiais	Verificar se os materiais são compatíveis em quantidade, qualidade e dosagem com as especificações e o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Ferramentas e equipamentos	Verificar se as ferramentas e equipamentos são adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Saúde e segurança	Verificar se os colaboradores utilizam equipamentos de proteção individual e coletivo adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Prumo	Verificar o prumo, com régua de nível ou prumo de face, principalmente junto aos vãos de portas e janelas.	± 2 mm	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	



TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO

Cantos e Quinas	Verificar a linearidade e regularidade.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Planicidade	Verificar a planicidade com régua de alumínio.	≤ 3 mm em relação a uma régua com 2 m de comprimento	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Acabamento	Verificar, visualmente, a rugosidade, ondulação, presença de fissuras ou desagregação.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Limpeza	Verificar se o local está totalmente limpo, sem restos de argamassa, embalagens, resíduos, etc.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	

- Grau de Conformidade do Serviço (GCS)

Plenamente Conforme: (Somatório de todos os itens avaliados como Plenamente Conforme)
Parcialmente Conforme: (Somatório de todos os itens avaliados como Parcialmente Conforme)
Não Conforme: (Somatório de todos os itens avaliados como Não Conforme)
GCS: (Maior valor entre os três níveis de conformidade dividido pelo total de quesitos avaliados, multiplicado por 100)

Fiscal responsável pelo serviço

Representante da empresa Detentora



TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO



Universidade Estadual de Campinas
Diretoria Executiva de Administração - DEA
Prefeitura Universitária "Zeferino Vaz" - Divisão de Manutenção

Ficha de Verificação de Serviço - FVS

Serviço: Emassamento com massa látex, aplicação em teto, duas demãos, lixamento manual.
Detentora:
O.S.:
Resp.:

Contrato:
Início: / /
Fim: / /

Quesito	Método de verificação	Tolerância	Conformidade	Observações
Materiais	Verificar se os materiais são compatíveis em quantidade, qualidade e dosagem com as especificações e o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Ferramentas e equipamentos	Verificar se as ferramentas e equipamentos são adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Saúde e segurança	Verificar se os colaboradores utilizam equipamentos de proteção individual e coletivo adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Acabamento	- Verificar, visualmente, o cobrimento, uniformidade, ondulações, presença de fissuras e desagregação das superfícies;	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Limpeza	Verificar se o local está totalmente limpo, sem restos de argamassa, embalagens, resíduos, etc.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	



TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO

- Grau de Conformidade do Serviço (GCS)

Plenamente Conforme:	(Somatório de todos os itens avaliados como Plenamente Conforme)
Parcialmente Conforme:	(Somatório de todos os itens avaliados como Parcialmente Conforme)
Não Conforme:	(Somatório de todos os itens avaliados como Não Conforme)
GCS:	(Maior valor entre os três níveis de conformidade dividido pelo total de quesitos avaliados, multiplicado por 100)

Fiscal responsável pelo serviço

Representante da empresa Detentora



TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO



Universidade Estadual de Campinas
Diretoria Executiva de Administração - DEA
Prefeitura Universitária "Zeferino Vaz" - Divisão de Manutenção

Ficha de Verificação de Serviço - FVS

Serviço: Emassamento com massa látex, aplicação em parede, duas demãos, lixamento manual.
Detentora:
O.S.:
Resp.:

Contrato:
Início: / /
Fim: / /

Quesito	Método de verificação	Tolerância	Conformidade	Observações
Materiais	Verificar se os materiais são compatíveis em quantidade, qualidade e dosagem com as especificações e o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Ferramentas e equipamentos	Verificar se as ferramentas e equipamentos são adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Saúde e segurança	Verificar se os colaboradores utilizam equipamentos de proteção individual e coletivo adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Acabamento	- Verificar, visualmente, o cobrimento, uniformidade, ondulações, presença de fissuras e desagregação das superfícies;	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Limpeza	Verificar se o local está totalmente limpo, sem restos de argamassa, embalagens, resíduos, etc.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	



TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO

- Grau de Conformidade do Serviço (GCS)

Plenamente Conforme:	(Somatório de todos os itens avaliados como Plenamente Conforme)
Parcialmente Conforme:	(Somatório de todos os itens avaliados como Parcialmente Conforme)
Não Conforme:	(Somatório de todos os itens avaliados como Não Conforme)
GCS:	(Maior valor entre os três níveis de conformidade dividido pelo total de quesitos avaliados, multiplicado por 100)

Fiscal responsável pelo serviço

Representante da empresa Detentora



TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO



Universidade Estadual de Campinas
Diretoria Executiva de Administração - DEA
Prefeitura Universitária "Zeferino Vaz" - Divisão de Manutenção

Ficha de Verificação de Serviço - FVS

Serviço: Pintura manual de teto com tinta látex acrílica premium, duas demãos, incluso preparo da superfície.
Detentora:
O.S.:
Resp.:

Contrato:
Início: / /
Fim: / /

Quesito	Método de verificação	Tolerância	Conformidade	Observações
Materiais	Verificar se os materiais são compatíveis em quantidade, qualidade e dosagem com as especificações e o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Ferramentas e equipamentos	Verificar se as ferramentas e equipamentos são adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Saúde e segurança	Verificar se os colaboradores utilizam equipamentos de proteção individual e coletivo adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Preparo da superfície	Verificar se o preparo foi conforme recomendado pela NBR 13245.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Acabamento	Verificar o cobrimento, uniformidade da superfície;	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme	



TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO

	Verificar se há presença de bolhas buracos ou escorrimento; Verificar o acabamento dos arremates e detalhes (ex.: moldura e encontro de paredes).		() Não Conforme () Não se aplica	
Limpeza	O local deve estar totalmente limpo sem restos de tinta, embalagens, rolos, pincéis, latas, lonas, fitas, etc. e sem pintura indevida em outros elementos e acessórios.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	

- Grau de Conformidade do Serviço (GCS)

Plenamente Conforme:	(Somatório de todos os itens avaliados como Plenamente Conforme)
Parcialmente Conforme:	(Somatório de todos os itens avaliados como Parcialmente Conforme)
Não Conforme:	(Somatório de todos os itens avaliados como Não Conforme)
GCS:	(Maior valor entre os três níveis de conformidade dividido pelo total de quesitos avaliados, multiplicado por 100)

Fiscal responsável pelo serviço

Representante da empresa Detentora



TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO



Universidade Estadual de Campinas
Diretoria Executiva de Administração - DEA
Prefeitura Universitária "Zeferino Vaz" - Divisão de Manutenção

Ficha de Verificação de Serviço - FVS

Serviço: Pintura manual de parede com tinta látex acrílica premium, duas demãos, incluso preparo da superfície.
Detentora:
O.S.:
Resp.:

Contrato:
Início: / /
Fim: / /

Quesito	Método de verificação	Tolerância	Conformidade	Observações
Materiais	Verificar se os materiais são compatíveis em quantidade, qualidade e dosagem com as especificações e o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Ferramentas e equipamentos	Verificar se as ferramentas e equipamentos são adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Saúde e segurança	Verificar se os colaboradores utilizam equipamentos de proteção individual e coletivo adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Preparo da superfície	Verificar se o preparo foi conforme recomendado pela NBR 13245.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Acabamento	Verificar o cobrimento e uniformidade da pintura;	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme	



TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO

	Verificar se há presença de bolhas buracos ou escorrimento; Verificar o acabamento dos arremates e detalhes (ex.: moldura e encontro de paredes).		() Não Conforme () Não se aplica	
Limpeza	O local deve estar totalmente limpo sem restos de tinta, embalagens, rolos, pincéis, latas, lonas, fitas, etc. e sem pintura indevida em outros elementos e acessórios.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	

- Grau de Conformidade do Serviço (GCS)

Plenamente Conforme:	(Somatório de todos os itens avaliados como Plenamente Conforme)
Parcialmente Conforme:	(Somatório de todos os itens avaliados como Parcialmente Conforme)
Não Conforme:	(Somatório de todos os itens avaliados como Não Conforme)
GCS:	(Maior valor entre os três níveis de conformidade dividido pelo total de quesitos avaliados, multiplicado por 100)

Fiscal responsável pelo serviço

Representante da empresa Detentora



TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO



Universidade Estadual de Campinas
Diretoria Executiva de Administração - DEA
Prefeitura Universitária "Zeferino Vaz" - Divisão de Manutenção

Ficha de Verificação de Serviço - FVS

Serviço: Pintura com esmalte sintético premium sobre superfícies metálicas, ATÉ 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.
Detentora:
O.S.:
Resp.:

Contrato:
Início: / /
Fim: / /

Quesito	Método de verificação	Tolerância	Conformidade	Observações
Materiais	Verificar se os materiais são compatíveis em quantidade, qualidade e dosagem com as especificações e o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Ferramentas e equipamentos	Verificar se as ferramentas e equipamentos são adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Saúde e segurança	Verificar se os colaboradores utilizam equipamentos de proteção individual e coletivo adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Preparo da superfície	Verificar se o preparo foi conforme recomendado pela NBR 13245.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Acabamento	Verificar o cobrimento e uniformidade da pintura;	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme	



**TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO**

	Verificar se há presença de bolhas buracos ou escorrimento; Verificar o acabamento dos arremates e detalhes.		() Não Conforme () Não se aplica	
Limpeza	O local deve estar totalmente limpo sem restos de tinta, embalagens, rolos, pincéis, latas, lonas, fitas, etc. e sem pintura indevida em outros elementos e acessórios.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	

- Grau de Conformidade do Serviço (GCS)

Plenamente Conforme:	(Somatório de todos os itens avaliados como Plenamente Conforme)
Parcialmente Conforme:	(Somatório de todos os itens avaliados como Parcialmente Conforme)
Não Conforme:	(Somatório de todos os itens avaliados como Não Conforme)
GCS:	(Maior valor entre os três níveis de conformidade dividido pelo total de quesitos avaliados, multiplicado por 100)

Fiscal responsável pelo serviço

Representante da empresa Detentora



TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO



Universidade Estadual de Campinas
Diretoria Executiva de Administração - DEA
Prefeitura Universitária "Zeferino Vaz" - Divisão de Manutenção

Ficha de Verificação de Serviço - FVS

Serviço: Pintura com esmalte sintético premium sobre superfícies metálicas, ACIMA de 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.
Detentora:
O.S.:
Resp.:

Contrato:
Início: / /
Fim: / /

Quesito	Método de verificação	Tolerância	Conformidade	Observações
Materiais	Verificar se os materiais são compatíveis em quantidade, qualidade e dosagem com as especificações e o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Ferramentas e equipamentos	Verificar se as ferramentas e equipamentos são adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Saúde e segurança	Verificar se os colaboradores utilizam equipamentos de proteção individual e coletivo adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Preparo da superfície	Verificar se o preparo foi conforme recomendado pela NBR 13245.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Acabamento	Verificar o cobrimento e uniformidade da pintura;	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme	



TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO

	Verificar se há presença de bolhas buracos ou escorrimento; Verificar o acabamento dos arremates e detalhes.		() Não Conforme () Não se aplica	
Limpeza	O local deve estar totalmente limpo sem restos de tinta, embalagens, rolos, pincéis, latas, lonas, fitas, etc. e sem pintura indevida em outros elementos e acessórios.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	

- Grau de Conformidade do Serviço (GCS)

Plenamente Conforme:	(Somatório de todos os itens avaliados como Plenamente Conforme)
Parcialmente Conforme:	(Somatório de todos os itens avaliados como Parcialmente Conforme)
Não Conforme:	(Somatório de todos os itens avaliados como Não Conforme)
GCS:	(Maior valor entre os três níveis de conformidade dividido pelo total de quesitos avaliados, multiplicado por 100)

Fiscal responsável pelo serviço

Representante da empresa Detentora



TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO



Universidade Estadual de Campinas
Diretoria Executiva de Administração - DEA
Prefeitura Universitária "Zeferino Vaz" - Divisão de Manutenção

Ficha de Verificação de Serviço - FVS

Serviço: Pintura com verniz alquídico sobre superfície de madeira, ATÉ 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfícies.
Detentora:
O.S.:
Resp.:

Contrato:
Início: / /
Fim: / /

Quesito	Método de verificação	Tolerância	Conformidade	Observações
Materiais	Verificar se os materiais são compatíveis em quantidade, qualidade e dosagem com as especificações e o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Ferramentas e equipamentos	Verificar se as ferramentas e equipamentos são adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Saúde e segurança	Verificar se os colaboradores utilizam equipamentos de proteção individual e coletivo adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Preparo da superfície	Verificar se o preparo foi conforme recomendado pela NBR 13245.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Acabamento	Verificar o cobrimento e uniformidade da pintura;	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme	



TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO

	Verificar se há presença de bolhas buracos ou escorrimento; Verificar o acabamento dos arremates e detalhes.		() Não Conforme () Não se aplica	
Limpeza	O local deve estar totalmente limpo sem restos de tinta, embalagens, rolos, pincéis, latas, lonas, fitas, etc. e sem pintura indevida em outros elementos e acessórios.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	

- Grau de Conformidade do Serviço (GCS)

Plenamente Conforme:	(Somatório de todos os itens avaliados como Plenamente Conforme)
Parcialmente Conforme:	(Somatório de todos os itens avaliados como Parcialmente Conforme)
Não Conforme:	(Somatório de todos os itens avaliados como Não Conforme)
GCS:	(Maior valor entre os três níveis de conformidade dividido pelo total de quesitos avaliados, multiplicado por 100)

Fiscal responsável pelo serviço

Representante da empresa Detentora



TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO



Universidade Estadual de Campinas
Diretoria Executiva de Administração - DEA
Prefeitura Universitária "Zeferino Vaz" - Divisão de Manutenção

Ficha de Verificação de Serviço - FVS

Serviço: Pintura com verniz alquídico sobre superfície de madeira, ACIMA de 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.
Detentora:
O.S.:
Resp.:

Contrato:

Início: / /

Fim: / /

Quesito	Método de verificação	Tolerância	Conformidade	Observações
Materiais	Verificar se os materiais são compatíveis em quantidade, qualidade e dosagem com as especificações e o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Ferramentas e equipamentos	Verificar se as ferramentas e equipamentos são adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Saúde e segurança	Verificar se os colaboradores utilizam equipamentos de proteção individual e coletivo adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Preparo da superfície	Verificar se o preparo foi conforme recomendado pela NBR 13245.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Acabamento	Verificar o cobrimento e uniformidade da pintura;	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme	



TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO

	Verificar se há presença de bolhas buracos ou escorrimento; Verificar o acabamento dos arremates e detalhes.		() Não Conforme () Não se aplica	
Limpeza	O local deve estar totalmente limpo sem restos de tinta, embalagens, rolos, pincéis, latas, lonas, fitas, etc. e sem pintura indevida em outros elementos e acessórios.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	

- Grau de Conformidade do Serviço (GCS)

Plenamente Conforme:	(Somatório de todos os itens avaliados como Plenamente Conforme)
Parcialmente Conforme:	(Somatório de todos os itens avaliados como Parcialmente Conforme)
Não Conforme:	(Somatório de todos os itens avaliados como Não Conforme)
GCS:	(Maior valor entre os três níveis de conformidade dividido pelo total de quesitos avaliados, multiplicado por 100)

Fiscal responsável pelo serviço

Representante da empresa Detentora



TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO



Universidade Estadual de Campinas
Diretoria Executiva de Administração - DEA
Prefeitura Universitária "Zeferino Vaz" - Divisão de Manutenção

Ficha de Verificação de Serviço - FVS

Serviço: Pintura com esmalte sintético sobre superfície de madeira, ATÉ 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.
Detentora:
O.S.:
Resp.:

Contrato:

Início: / /

Fim: / /

Quesito	Método de verificação	Tolerância	Conformidade	Observações
Materiais	Verificar se os materiais são compatíveis em quantidade, qualidade e dosagem com as especificações e o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Ferramentas e equipamentos	Verificar se as ferramentas e equipamentos são adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Saúde e segurança	Verificar se os colaboradores utilizam equipamentos de proteção individual e coletivo adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Preparo da superfície	Verificar se o preparo foi conforme recomendado pela NBR 13245.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Acabamento	Verificar o cobrimento e uniformidade da pintura;	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme	



TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO

	Verificar se há presença de bolhas buracos ou escorrimento; Verificar o acabamento dos arremates e detalhes.		() Não Conforme () Não se aplica	
Limpeza	O local deve estar totalmente limpo sem restos de tinta, embalagens, rolos, pincéis, latas, lonas, fitas, etc. e sem pintura indevida em outros elementos e acessórios.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	

- Grau de Conformidade do Serviço (GCS)

Plenamente Conforme:	(Somatório de todos os itens avaliados como Plenamente Conforme)
Parcialmente Conforme:	(Somatório de todos os itens avaliados como Parcialmente Conforme)
Não Conforme:	(Somatório de todos os itens avaliados como Não Conforme)
GCS:	(Maior valor entre os três níveis de conformidade dividido pelo total de quesitos avaliados, multiplicado por 100)

Fiscal responsável pelo serviço

Representante da empresa Detentora



TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO



Universidade Estadual de Campinas
Diretoria Executiva de Administração - DEA
Prefeitura Universitária "Zeferino Vaz" - Divisão de Manutenção

Ficha de Verificação de Serviço - FVS

Serviço: Pintura com esmalte sintético sobre superfície de madeira, ACIMA de 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.
Detentora:
O.S.:
Resp.:

Contrato:

Início: / /

Fim: / /

Quesito	Método de verificação	Tolerância	Conformidade	Observações
Materiais	Verificar se os materiais são compatíveis em quantidade, qualidade e dosagem com as especificações e o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Ferramentas e equipamentos	Verificar se as ferramentas e equipamentos são adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Saúde e segurança	Verificar se os colaboradores utilizam equipamentos de proteção individual e coletivo adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Preparo da superfície	Verificar se o preparo foi conforme recomendado pela NBR 13245.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Acabamento	Verificar o cobrimento e uniformidade da pintura;	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme	



TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO

	Verificar se há presença de bolhas buracos ou escorrimento; Verificar o acabamento dos arremates e detalhes.		() Não Conforme () Não se aplica	
Limpeza	O local deve estar totalmente limpo sem restos de tinta, embalagens, rolos, pincéis, latas, lonas, fitas, etc. e sem pintura indevida em outros elementos e acessórios.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	

- Grau de Conformidade do Serviço (GCS)

Plenamente Conforme:	(Somatório de todos os itens avaliados como Plenamente Conforme)
Parcialmente Conforme:	(Somatório de todos os itens avaliados como Parcialmente Conforme)
Não Conforme:	(Somatório de todos os itens avaliados como Não Conforme)
GCS:	(Maior valor entre os três níveis de conformidade dividido pelo total de quesitos avaliados, multiplicado por 100)

Fiscal responsável pelo serviço

Representante da empresa Detentora



**TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO**



Universidade Estadual de Campinas
Diretoria Executiva de Administração - DEA
Prefeitura Universitária "Zeferino Vaz" - Divisão de Manutenção

Ficha de Verificação de Serviço - FVS

Serviço: Textura acrílica, aplicação manual em parede, uma demão.
Detentora:
O.S.:
Resp.:

Contrato:
Início: / /
Fim: / /

Quesito	Método de verificação	Tolerância	Conformidade	Observações
Materiais	Verificar se os materiais são compatíveis em quantidade, qualidade e dosagem com as especificações e o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Ferramentas e equipamentos	Verificar se as ferramentas e equipamentos são adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Saúde e segurança	Verificar se os colaboradores utilizam equipamentos de proteção individual e coletivo adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Acabamento	- Verificar o cobrimento, uniformidade, ondulações, presença de fissuras e desagregação das superfícies;	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Limpeza	Verificar se o local está totalmente limpo, sem restos de argamassa, embalagens, resíduos, etc.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	



TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO

- Grau de Conformidade do Serviço (GCS)

Plenamente Conforme:	(Somatório de todos os itens avaliados como Plenamente Conforme)
Parcialmente Conforme:	(Somatório de todos os itens avaliados como Parcialmente Conforme)
Não Conforme:	(Somatório de todos os itens avaliados como Não Conforme)
GCS:	(Maior valor entre os três níveis de conformidade dividido pelo total de quesitos avaliados, multiplicado por 100)

Fiscal responsável pelo serviço

Representante da empresa Detentora



TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO



Universidade Estadual de Campinas
Diretoria Executiva de Administração - DEA
Prefeitura Universitária "Zeferino Vaz" - Divisão de Manutenção

Ficha de Verificação de Serviço - FVS

Serviço: Retirada de interferência em fachada de edifícios de múltiplos pavimentos.
Detentora:
O.S.:
Resp.:

Contrato:
Início: / /
Fim: / /

Quesito	Método de verificação	Tolerância	Conformidade	Observações
Materiais	Verificar se os materiais são compatíveis em quantidade, qualidade e dosagem com as especificações e o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Ferramentas e equipamentos	Verificar se as ferramentas e equipamentos são adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Saúde e segurança	Verificar se os colaboradores utilizam equipamentos de proteção individual e coletivo adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Limpeza	Verificar se o local está totalmente limpo, sem sujidades ou restos de embalagens, resíduos, etc.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	

- Grau de Conformidade do Serviço (GCS)

Plenamente Conforme: (Somatório de todos os itens avaliados como Plenamente Conforme)
Parcialmente Conforme: (Somatório de todos os itens avaliados como Parcialmente Conforme)



**TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO**

Não Conforme:

(Somatório de todos os itens avaliados como Não Conforme)

GCS:

(Maior valor entre os três níveis de conformidade dividido pelo total de quesitos avaliados, multiplicado por 100)

Fiscal responsável pelo serviço

Representante da empresa Detentora



TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO



Universidade Estadual de Campinas
Diretoria Executiva de Administração - DEA
Prefeitura Universitária "Zeferino Vaz" - Divisão de Manutenção

Ficha de Verificação de Serviço - FVS

Serviço: Linha de vida provisória em edifícios de múltiplos pavimentos.
Detentora:
O.S.:
Resp.:

Contrato:
Início: / /
Fim: / /

Quesito	Método de verificação	Tolerância	Conformidade	Observações
Materiais	Verificar se os materiais são compatíveis em quantidade, qualidade e dosagem com as especificações e o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Ferramentas e equipamentos	Verificar se as ferramentas e equipamentos são adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Saúde e segurança	Verificar se os colaboradores utilizam equipamentos de proteção individual e coletivo adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Limpeza	Verificar se o local está totalmente limpo, sem sujidades ou restos de embalagens, resíduos, etc.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	

- Grau de Conformidade do Serviço (GCS)



**TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO**

Plenamente Conforme:	(Somatório de todos os itens avaliados como Plenamente Conforme)
Parcialmente Conforme:	(Somatório de todos os itens avaliados como Parcialmente Conforme)
Não Conforme:	(Somatório de todos os itens avaliados como Não Conforme)
GCS:	(Maior valor entre os três níveis de conformidade dividido pelo total de quesitos avaliados, multiplicado por 100)

Fiscal responsável pelo serviço

Representante da empresa Detentora



TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO



Universidade Estadual de Campinas
Diretoria Executiva de Administração - DEA
Prefeitura Universitária "Zeferino Vaz" - Divisão de Manutenção

Ficha de Verificação de Serviço - FVS

Serviço: Montagem e desmontagem de andaime tubular tipo torre (exclusive andaime e limpeza).
Detentora:
O.S.:
Resp.:

Contrato:
Início: / /
Fim: / /

Quesito	Método de verificação	Tolerância	Conformidade	Observações
Materiais	Verificar se os materiais são compatíveis em quantidade e qualidade com as especificações e o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Ferramentas e equipamentos	Verificar se as ferramentas e equipamentos são adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Saúde e segurança	Verificar se os colaboradores utilizam equipamentos de proteção individual e coletivo adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Saúde e segurança	Verificar, visualmente, a estabilidade, prumo e a condições da estrutura.		() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	

- Grau de Conformidade do Serviço (GCS)

Plenamente Conforme: (Somatório de todos os itens avaliados como Plenamente Conforme)
Parcialmente Conforme: (Somatório de todos os itens avaliados como Parcialmente Conforme)



TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO

Não Conforme:

(Somatório de todos os itens avaliados como Não Conforme)

GCS:

(Maior valor entre os três níveis de conformidade dividido pelo total de quesitos avaliados, multiplicado por 100)

Fiscal responsável pelo serviço

Representante da empresa Detentora



TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO



Universidade Estadual de Campinas
Diretoria Executiva de Administração - DEA
Prefeitura Universitária "Zeferino Vaz" - Divisão de Manutenção

Ficha de Verificação de Serviço - FVS

Serviço: Locação de andaime metálico tubular de encaixe, tipo torre, cada painel com largura de até 1,5 m e altura *1,00* m, incluindo diagonal, barras de ligação, sapata ou rodízios e demais itens necessários a montagem (não inclui instalação).

Detentora:

O.S.:

Resp.:

Contrato:

Início: / /

Fim: / /

Quesito	Método de verificação	Tolerância	Conformidade	Observações
Materiais	Verificar se os materiais são compatíveis em quantidade e qualidade com as especificações e o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Ferramentas e equipamentos	Verificar se as ferramentas e equipamentos são adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Saúde e segurança	Verificar se os colaboradores utilizam equipamentos de proteção individual e coletivo adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	

- Grau de Conformidade do Serviço (GCS)

Plenamente Conforme: (Somatório de todos os itens avaliados como Plenamente Conforme)

Parcialmente Conforme: (Somatório de todos os itens avaliados como Parcialmente Conforme)

Não Conforme: (Somatório de todos os itens avaliados como Não Conforme)

GCS: (Maior valor entre os três níveis de conformidade dividido pelo total de quesitos avaliados, multiplicado por 100)



**TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO**

Fiscal responsável pelo serviço

Representante da empresa Detentora



TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO



Universidade Estadual de Campinas
Diretoria Executiva de Administração - DEA
Prefeitura Universitária "Zeferino Vaz" - Divisão de Manutenção

Ficha de Verificação de Serviço - FVS

Serviço: Reparo de trincas rasas, até 5 mm de largura, em fachada de edifícios de múltiplos pavimentos.
Detentora:
O.S.:
Resp.:

Contrato:
Início: / /
Fim: / /

Quesito	Método de verificação	Tolerância	Conformidade	Observações
Materiais	Verificar se os materiais são compatíveis em quantidade, qualidade e dosagem com as especificações e o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Ferramentas e equipamentos	Verificar se as ferramentas e equipamentos são adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Saúde e segurança	Verificar se os colaboradores utilizam equipamentos de proteção individual e coletivo adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Acabamento	Verificar, visualmente, cobertura, uniformidade, ondulação, presença de fissuras ou desagregação da superfície.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	



**TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO**

Limpeza	Verificar se o local está totalmente limpo, sem restos de argamassa, embalagens, resíduos, etc.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
---------	---	---	---	--

- Grau de Conformidade do Serviço (GCS)

Plenamente Conforme: (Somatório de todos os itens avaliados como Plenamente Conforme)
Parcialmente Conforme: (Somatório de todos os itens avaliados como Parcialmente Conforme)
Não Conforme: (Somatório de todos os itens avaliados como Não Conforme)
GCS: (Maior valor entre os três níveis de conformidade dividido pelo total de quesitos avaliados, multiplicado por 100)

Fiscal responsável pelo serviço

Representante da empresa Detentora



TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO



Universidade Estadual de Campinas
Diretoria Executiva de Administração - DEA
Prefeitura Universitária "Zeferino Vaz" - Divisão de Manutenção

Ficha de Verificação de Serviço - FVS

Serviço: Demolição manual de revestimento de argamassa em fachada de edifício de múltiplos pavimentos.
Detentora:
O.S.:
Resp.:

Contrato:
Início: / /
Fim: / /

Quesito	Método de verificação	Tolerância	Conformidade	Observações
Materiais	Verificar se os materiais são compatíveis em quantidade, qualidade e dosagem com as especificações e o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Ferramentas e equipamentos	Verificar se as ferramentas e equipamentos são adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Saúde e segurança	Verificar se os colaboradores utilizam equipamentos de proteção individual e coletivo adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Acabamento	- Verificar, visualmente, se o revestimento foi removido por completo, sem deixar fragmentos que possam comprometer a aderência da nova camada; - Verificar se a demolição não causou danos à superfície original (alvenaria, concreto etc.);	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	



TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO

Limpeza	Verificar se o local está totalmente limpo, sem restos de argamassa, embalagens, resíduos, etc.	-	<input type="checkbox"/> Plenamente Conforme <input type="checkbox"/> Parcialmente Conforme <input type="checkbox"/> Não Conforme <input type="checkbox"/> Não se aplica	
---------	---	---	---	--

- Grau de Conformidade do Serviço (GCS)

Plenamente Conforme: (Somatório de todos os itens avaliados como Plenamente Conforme)
Parcialmente Conforme: (Somatório de todos os itens avaliados como Parcialmente Conforme)
Não Conforme: (Somatório de todos os itens avaliados como Não Conforme)
GCS: (Maior valor entre os três níveis de conformidade dividido pelo total de quesitos avaliados, multiplicado por 100)

Fiscal responsável pelo serviço

Representante da empresa Detentora



TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO



Universidade Estadual de Campinas
Diretoria Executiva de Administração - DEA
Prefeitura Universitária "Zeferino Vaz" - Divisão de Manutenção

Ficha de Verificação de Serviço - FVS

Serviço:

Chapisco aplicado em alvenaria (com presença de vãos) e estruturas de concreto de fachada, com colher de pedreiro, argamassa traço 1:3 preparo manual.

Detentora:

O.S.:

Resp.:

Contrato:

Início: / /

Fim: / /

Quesito	Método de verificação	Tolerância	Conformidade	Observações
Materiais	Verificar se os materiais são compatíveis em quantidade, qualidade e dosagem com as especificações e o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Ferramentas e equipamentos	Verificar se as ferramentas e equipamentos são adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Saúde e segurança	Verificar se os colaboradores utilizam equipamentos de proteção individual e coletivo adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Acabamento	- Verificar, visualmente, rugosidade, uniformidade, aderência e desagregação;	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	



TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO

Limpeza	Verificar se o local está totalmente limpo, sem restos de argamassa, embalagens, resíduos, etc.	-	<input type="checkbox"/> Plenamente Conforme <input type="checkbox"/> Parcialmente Conforme <input type="checkbox"/> Não Conforme <input type="checkbox"/> Não se aplica	
---------	---	---	---	--

- Grau de Conformidade do Serviço (GCS)

Plenamente Conforme: (Somatório de todos os itens avaliados como Plenamente Conforme)
Parcialmente Conforme: (Somatório de todos os itens avaliados como Parcialmente Conforme)
Não Conforme: (Somatório de todos os itens avaliados como Não Conforme)
GCS: (Maior valor entre os três níveis de conformidade dividido pelo total de quesitos avaliados, multiplicado por 100)

Fiscal responsável pelo serviço

Representante da empresa Detentora



TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO



Universidade Estadual de Campinas
Diretoria Executiva de Administração - DEA
Prefeitura Universitária "Zeferino Vaz" - Divisão de Manutenção

Ficha de Verificação de Serviço - FVS

Serviço: Emboço ou massa única em argamassa traço 1:2:8, espessura de 25 mm, preparo manual, aplicada manualmente em fachada de edifício de múltiplos pavimentos.
Detentora:
O.S.:
Resp.:

Contrato:
Início: / /
Fim: / /

Quesito	Método de verificação	Tolerância	Conformidade	Observações
Materiais	Verificar se os materiais são compatíveis em quantidade, qualidade e dosagem com as especificações e o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Ferramentas e equipamentos	Verificar se as ferramentas e equipamentos são adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Saúde e segurança	Verificar se os colaboradores utilizam equipamentos de proteção individual e coletivo adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Prumo	Verificar o prumo, com régua de nível ou prumo de face, principalmente junto aos vãos de portas e janelas.	± 2 mm	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	



TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO

Cantos e Quinas	Verificar a linearidade e regularidade.	-	<input type="checkbox"/> Plenamente Conforme <input type="checkbox"/> Parcialmente Conforme <input type="checkbox"/> Não Conforme <input type="checkbox"/> Não se aplica	
Planicidade	Verificar a planicidade com régua de alumínio.	≤ 3 mm em relação a uma régua com 2 m de comprimento	<input type="checkbox"/> Plenamente Conforme <input type="checkbox"/> Parcialmente Conforme <input type="checkbox"/> Não Conforme <input type="checkbox"/> Não se aplica	
Acabamento	Verificar, visualmente, a rugosidade, ondulação, presença de fissuras ou desagregação.	-	<input type="checkbox"/> Plenamente Conforme <input type="checkbox"/> Parcialmente Conforme <input type="checkbox"/> Não Conforme <input type="checkbox"/> Não se aplica	
Limpeza	Verificar se o local está totalmente limpo, sem restos de argamassa, embalagens, resíduos, etc.	-	<input type="checkbox"/> Plenamente Conforme <input type="checkbox"/> Parcialmente Conforme <input type="checkbox"/> Não Conforme <input type="checkbox"/> Não se aplica	

- Grau de Conformidade do Serviço (GCS)

Plenamente Conforme: (Somatório de todos os itens avaliados como Plenamente Conforme)
Parcialmente Conforme: (Somatório de todos os itens avaliados como Parcialmente Conforme)
Não Conforme: (Somatório de todos os itens avaliados como Não Conforme)
GCS: (Maior valor entre os três níveis de conformidade dividido pelo total de quesitos avaliados, multiplicado por 100)

Fiscal responsável pelo serviço

Representante da empresa Detentora



TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO



Universidade Estadual de Campinas
Diretoria Executiva de Administração - DEA
Prefeitura Universitária "Zeferino Vaz" - Divisão de Manutenção

Ficha de Verificação de Serviço - FVS

Serviço: Limpeza de fachada por hidrojateamento.
Detentora:
O.S.:
Resp.:

Contrato:
Início: / /
Fim: / /

Quesito	Método de verificação	Tolerância	Conformidade	Observações
Materiais	Verificar se os materiais são compatíveis em quantidade, qualidade e dosagem com as especificações e o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Ferramentas e equipamentos	Verificar se as ferramentas e equipamentos são adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Saúde e segurança	Verificar se os colaboradores utilizam equipamentos de proteção individual e coletivo adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Acabamento	Verificar se há presença de área com manchas e sujidades mal removidas, principalmente.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Limpeza	Verificar se o local está totalmente limpo, sem resíduos, varrido, e o descarte dos materiais e resíduos resultantes foram feitos.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	



TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO

- Grau de Conformidade do Serviço (GCS)

Plenamente Conforme:	(Somatório de todos os itens avaliados como Plenamente Conforme)
Parcialmente Conforme:	(Somatório de todos os itens avaliados como Parcialmente Conforme)
Não Conforme:	(Somatório de todos os itens avaliados como Não Conforme)
GCS:	(Maior valor entre os três níveis de conformidade dividido pelo total de quesitos avaliados, multiplicado por 100)

Fiscal responsável pelo serviço

Representante da empresa Detentora



TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO



Universidade Estadual de Campinas
Diretoria Executiva de Administração - DEA
Prefeitura Universitária "Zeferino Vaz" - Divisão de Manutenção

Ficha de Verificação de Serviço - FVS

Serviço: Pintura manual de fachada de edifício de múltiplos pavimentos, com presença de vãos, com tinta látex acrílica premium, duas demãos, incluso preparo da superfície.

Detentora:

O.S.:

Resp.:

Contrato:

Início: / /

Fim: / /

Quesito	Método de verificação	Tolerância	Conformidade	Observações
Materiais	Verificar se os materiais são compatíveis em quantidade, qualidade e dosagem com as especificações e o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Ferramentas e equipamentos	Verificar se as ferramentas e equipamentos são adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Saúde e segurança	Verificar se os colaboradores utilizam equipamentos de proteção individual e coletivo adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Preparo da superfície	Verificar se o preparo foi conforme recomendado pela NBR 13245.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Acabamento	Verificar o cobrimento e uniformidade da pintura;	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme	



TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO

	Verificar se há presença de bolhas buracos ou escorrimento; Verificar o acabamento dos arremates e detalhes (ex.: moldura e encontro de paredes).		() Não Conforme () Não se aplica	
Limpeza	O local deve estar totalmente limpo sem restos de tinta, embalagens, rolos, pincéis, latas, lonas, fitas, etc. e sem pintura indevida em elementos e acessórios.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	

- Grau de Conformidade do Serviço (GCS)

Plenamente Conforme:	(Somatório de todos os itens avaliados como Plenamente Conforme)
Parcialmente Conforme:	(Somatório de todos os itens avaliados como Parcialmente Conforme)
Não Conforme:	(Somatório de todos os itens avaliados como Não Conforme)
GCS:	(Maior valor entre os três níveis de conformidade dividido pelo total de quesitos avaliados, multiplicado por 100)

Fiscal responsável pelo serviço

Representante da empresa Detentora



TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO



Universidade Estadual de Campinas
Diretoria Executiva de Administração - DEA
Prefeitura Universitária "Zeferino Vaz" - Divisão de Manutenção

Ficha de Verificação de Serviço - FVS

Serviço:

Pintura manual de fachada de edifício de múltiplos pavimentos, com presença de vãos, com tinta emborrachada, duas demãos, incluso preparo da superfície.

Detentora:

O.S.:

Resp.:

Contrato:

Início: / /

Fim: / /

Quesito	Método de verificação	Tolerância	Conformidade	Observações
Materiais	Verificar se os materiais são compatíveis em quantidade, qualidade e dosagem com as especificações e o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Ferramentas e equipamentos	Verificar se as ferramentas e equipamentos são adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Saúde e segurança	Verificar se os colaboradores utilizam equipamentos de proteção individual e coletivo adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Preparo da superfície	Verificar se o preparo foi conforme recomendado pela NBR 13245.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Acabamento	Verificar o cobrimento e uniformidade da pintura;	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme	



**TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO**

	Verificar se há presença de bolhas buracos ou escorrimento; Verificar o acabamento dos arremates e detalhes (ex.: moldura e encontro de paredes).		() Não Conforme () Não se aplica	
Limpeza	O local deve estar totalmente limpo sem restos de tinta, embalagens, rolos, pincéis, latas, lonas, fitas, etc. e sem pintura indevida em elementos e acessórios.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	

- Grau de Conformidade do Serviço (GCS)

Plenamente Conforme:	(Somatório de todos os itens avaliados como Plenamente Conforme)
Parcialmente Conforme:	(Somatório de todos os itens avaliados como Parcialmente Conforme)
Não Conforme:	(Somatório de todos os itens avaliados como Não Conforme)
GCS:	(Maior valor entre os três níveis de conformidade dividido pelo total de quesitos avaliados, multiplicado por 100)

Fiscal responsável pelo serviço

Representante da empresa Detentora



TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO



Universidade Estadual de Campinas
Diretoria Executiva de Administração - DEA
Prefeitura Universitária "Zeferino Vaz" - Divisão de Manutenção

Ficha de Verificação de Serviço - FVS

Serviço: Aplicação manual de massa acrílica em fachada de edifício de múltiplos pavimentos, com presença de vãos, duas demãos, incluso preparo da superfície.
Detentora:
O.S.:
Resp.:

Contrato:
Início: / /
Fim: / /

Quesito	Método de verificação	Tolerância	Conformidade	Observações
Materiais	Verificar se os materiais são compatíveis em quantidade, qualidade e dosagem com as especificações e o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Ferramentas e equipamentos	Verificar se as ferramentas e equipamentos são adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Saúde e segurança	Verificar se os colaboradores utilizam equipamentos de proteção individual e coletivo adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Preparo da superfície	Verificar se o preparo foi conforme recomendado pela NBR 13245.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	



TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO

Acabamento	Verificar o cobrimento, uniformidade, ondulações, fissuras ou desagregação na superfície. Verificar se há presença de bolhas buracos ou escorrimto; Verificar o acabamento dos arremates e detalhes (ex.: moldura e encontro de paredes).	-	<input type="checkbox"/> Plenamente Conforme <input type="checkbox"/> Parcialmente Conforme <input type="checkbox"/> Não Conforme <input type="checkbox"/> Não se aplica	
Limpeza	O local deve estar totalmente limpo sem restos de tinta, embalagens, rolos, pincéis, latas, lonas, fitas, etc. e sem pintura indevida em elementos e acessórios.	-	<input type="checkbox"/> Plenamente Conforme <input type="checkbox"/> Parcialmente Conforme <input type="checkbox"/> Não Conforme <input type="checkbox"/> Não se aplica	

- Grau de Conformidade do Serviço (GCS)

Plenamente Conforme:	(Somatório de todos os itens avaliados como Plenamente Conforme)
Parcialmente Conforme:	(Somatório de todos os itens avaliados como Parcialmente Conforme)
Não Conforme:	(Somatório de todos os itens avaliados como Não Conforme)
GCS:	(Maior valor entre os três níveis de conformidade dividido pelo total de quesitos avaliados, multiplicado por 100)

Fiscal responsável pelo serviço

Representante da empresa Detentora



TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO



Universidade Estadual de Campinas
Diretoria Executiva de Administração - DEA
Prefeitura Universitária "Zeferino Vaz" - Divisão de Manutenção

Ficha de Verificação de Serviço - FVS

Serviço: Aplicação manual de resina acrílica premium hidrorrepelente, a base de solvente, em fachada de edifício de múltiplos pavimentos com presença de vãos, duas demãos, incluso preparo da superfície.

Detentora:

O.S.:

Resp.:

Contrato:

Início: / /

Fim: / /

Quesito	Método de verificação	Tolerância	Conformidade	Observações
Materiais	Verificar se os materiais são compatíveis em quantidade, qualidade e dosagem com as especificações e o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Ferramentas e equipamentos	Verificar se as ferramentas e equipamentos são adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Saúde e segurança	Verificar se os colaboradores utilizam equipamentos de proteção individual e coletivo adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Preparo da superfície	Verificar se o preparo foi conforme recomendado pela NBR 13245.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	



TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO

Acabamento	Verificar o cobrimento, uniformidade, ondulações, fissuras ou desagregação na superfície. Verificar se há presença de bolhas buracos ou escorrimto; Verificar o acabamento dos arremates e detalhes (ex.: moldura e encontro de paredes).	-	<input type="checkbox"/> Plenamente Conforme <input type="checkbox"/> Parcialmente Conforme <input type="checkbox"/> Não Conforme <input type="checkbox"/> Não se aplica	
Limpeza	O local deve estar totalmente limpo sem restos de tinta, embalagens, rolos, pincéis, latas, lonas, fitas, etc. e sem pintura indevida em elementos e acessórios.	-	<input type="checkbox"/> Plenamente Conforme <input type="checkbox"/> Parcialmente Conforme <input type="checkbox"/> Não Conforme <input type="checkbox"/> Não se aplica	

- Grau de Conformidade do Serviço (GCS)

Plenamente Conforme:	(Somatório de todos os itens avaliados como Plenamente Conforme)
Parcialmente Conforme:	(Somatório de todos os itens avaliados como Parcialmente Conforme)
Não Conforme:	(Somatório de todos os itens avaliados como Não Conforme)
GCS:	(Maior valor entre os três níveis de conformidade dividido pelo total de quesitos avaliados, multiplicado por 100)

Fiscal responsável pelo serviço

Representante da empresa Detentora



TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO



Universidade Estadual de Campinas
Diretoria Executiva de Administração - DEA
Prefeitura Universitária "Zeferino Vaz" - Divisão de Manutenção

Ficha de Verificação de Serviço - FVS

Serviço: Revestimento cerâmico para paredes externas, com placas tipo grês ou semigrês, formato menor ou igual a 200 cm², incluso rejuntamento.
Detentora:
O.S.:
Resp.:

Contrato:
Início: / /
Fim: / /

Quesito	Método de verificação	Tolerância	Conformidade	Observações
Materiais	Verificar se os materiais são compatíveis em quantidade, qualidade e dosagem com as especificações e o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Ferramentas e equipamentos	Verificar se as ferramentas e equipamentos são adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Saúde e segurança	Verificar se os colaboradores utilizam equipamentos de proteção individual e coletivo adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Prumo	Verificar o prumo, com régua de nível ou prumo de face, principalmente junto aos vãos de portas e janelas.	± 2 mm	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	



**TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO**

Ressaltos	Verificar, com o auxílio de uma régua de alumínio de 2, ressaltos e irregularidades nas placas.	± 2 mm	<input type="checkbox"/> Plenamente Conforme <input type="checkbox"/> Parcialmente Conforme <input type="checkbox"/> Não Conforme <input type="checkbox"/> Não se aplica	
Cantos e Quinas	Verificar a linearidade e regularidade.	-	<input type="checkbox"/> Plenamente Conforme <input type="checkbox"/> Parcialmente Conforme <input type="checkbox"/> Não Conforme <input type="checkbox"/> Não se aplica	
Planicidade	Verificar a planicidade com régua de alumínio.	≤ 3 mm em relação a uma régua com 2 m de comprimento	<input type="checkbox"/> Plenamente Conforme <input type="checkbox"/> Parcialmente Conforme <input type="checkbox"/> Não Conforme <input type="checkbox"/> Não se aplica	
Rejuntamento	Verificar o preenchimento completo das juntas, ausência de ondulações e fissuras.	-	<input type="checkbox"/> Plenamente Conforme <input type="checkbox"/> Parcialmente Conforme <input type="checkbox"/> Não Conforme <input type="checkbox"/> Não se aplica	
Aderência	Executar ensaio de percussão com martelo de borracha.	Todas a placas com som cavo devem ser removidas.	<input type="checkbox"/> Plenamente Conforme <input type="checkbox"/> Parcialmente Conforme <input type="checkbox"/> Não Conforme <input type="checkbox"/> Não se aplica	
Acabamento	Verificar, visualmente, a rugosidade, ondulação, presença de fissuras ou desagregação.	-	<input type="checkbox"/> Plenamente Conforme <input type="checkbox"/> Parcialmente Conforme <input type="checkbox"/> Não Conforme <input type="checkbox"/> Não se aplica	
Limpeza	Verificar se o local está totalmente limpo, sem restos de argamassa, embalagens, resíduos, etc.	-	<input type="checkbox"/> Plenamente Conforme <input type="checkbox"/> Parcialmente Conforme <input type="checkbox"/> Não Conforme <input type="checkbox"/> Não se aplica	



**TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO**

- Grau de Conformidade do Serviço (GCS)

Plenamente Conforme:	(Somatório de todos os itens avaliados como Plenamente Conforme)
Parcialmente Conforme:	(Somatório de todos os itens avaliados como Parcialmente Conforme)
Não Conforme:	(Somatório de todos os itens avaliados como Não Conforme)
GCS:	(Maior valor entre os três níveis de conformidade dividido pelo total de quesitos avaliados, multiplicado por 100)

Fiscal responsável pelo serviço

Representante da empresa Detentora



TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO



Universidade Estadual de Campinas
Diretoria Executiva de Administração - DEA
Prefeitura Universitária "Zeferino Vaz" - Divisão de Manutenção

Ficha de Verificação de Serviço - FVS

Serviço: Aplicação manual de pintura com tinta texturizada acrílica em panos com presença de vãos de edifícios de múltiplos pavimentos.
Detentora:
O.S.:
Resp.:

Contrato:
Início: / /
Fim: / /

Quesito	Método de verificação	Tolerância	Conformidade	Observações
Materiais	Verificar se os materiais são compatíveis em quantidade, qualidade e dosagem com as especificações e o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Ferramentas e equipamentos	Verificar se as ferramentas e equipamentos são adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Saúde e segurança	Verificar se os colaboradores utilizam equipamentos de proteção individual e coletivo adequados e compatíveis com o serviço.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Preparo da superfície	Verificar se o preparo foi conforme recomendado pela NBR 13245.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	
Acabamento	Verificar o cobrimento e uniformidade da pintura;	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme	



TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO

	Verificar se há presença de bolhas buracos ou escorrimento; Verificar o acabamento dos arremates e detalhes (ex.: moldura e encontro de paredes).		() Não Conforme () Não se aplica	
Limpeza	O local deve estar totalmente limpo sem restos de tinta, embalagens, rolos, pincéis, latas, lonas, fitas, etc. e sem pintura indevida em elementos e acessórios.	-	() Plenamente Conforme () Parcialmente Conforme () Não Conforme () Não se aplica	

- Grau de Conformidade do Serviço (GCS)

Plenamente Conforme:	(Somatório de todos os itens avaliados como Plenamente Conforme)
Parcialmente Conforme:	(Somatório de todos os itens avaliados como Parcialmente Conforme)
Não Conforme:	(Somatório de todos os itens avaliados como Não Conforme)
GCS:	(Maior valor entre os três níveis de conformidade dividido pelo total de quesitos avaliados, multiplicado por 100)

Fiscal responsável pelo serviço

Representante da empresa Detentora



TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA -
LICITAÇÃO

Documento assinado eletronicamente por GERALDO JOSE FERREIRA, COORDENADOR DE DIVISÃO, em 13/02/2026, às 07:42 horas, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.

Documento assinado eletronicamente por RAIMUNDO FAGNER DE FREITAS KOCHER, ENGENHEIRO CIVIL, em 12/02/2026, às 15:44 horas, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
sigad.unicamp.br/verifica, informando o código verificador:
EDADB6F4 38BC4E11 8CBC1AAA 8D6BBDAE



TERMO DE REFERÊNCIA
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
ADMINISTRATIVO

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O prazo de vigência da contratação é contado da data de sua assinatura até o recebimento definitivo, devendo a Contratada obedecer ao prazo de execução definido no subitem 5.2., na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.1 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

6.1.2 Os fornecedores registrados por meio da Ata de Registro de Preços estarão obrigados a celebrar as contratações que dela poderão advir nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

6.2 O contrato ou instrumento hábil equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.3 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.4 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.5 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.6 Após a assinatura do contrato ou instrumento hábil equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.7 Antes do início da prestação dos serviços, a empresa deverá entregar a documentação necessária à emissão de crachás, assim como a liberação pela Segurança do Trabalho, deverá ocorrer conforme disposto no Manual de Segurança da Divisão de Segurança do Trabalho - DSTr/DGRH/UNICAMP, disponível no endereço eletrônico: https://www.dgrh.unicamp.br/wp-content/uploads/sites/18/2018/01/man_dsso_seguranca.pdf

6.7.1 A Contratada deverá atender às exigências relativas à segurança, higiene e saúde do trabalho, procedimentos internos à Universidade, assim como as regras estabelecidas pela legislação vigente, devendo participar do treinamento denominado Integração de Segurança do Trabalho, na Divisão de Segurança do Trabalho - DSTr, seguindo as orientações contidas no Manual de Segurança do Trabalho.

6.8 Garantia da Contratação – Não se aplica

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1 Medição

7.1.1 A medição obedecerá às condições contidas no Item 3.13, [5.2](#) e subitens deste Termo de Referência.

7.2 Liquidação

7.2.1 Recebido definitivamente o objeto ou a parcela de referência, e mediante ateste da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, será iniciado os prazos para liquidação e pagamento correspondente, limitando-se este último ao estabelecido no item 5.5 do Termo de Referência.

7.2.2 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.3 Prazo de pagamento

7.3.1 O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de cada medição e mediante a apresentação dos documentos fiscais competentes, com base na legislação vigente. Serão considerados serviços executados os efetivamente concluídos e aceitos pela Fiscalização da CONTRATANTE.

7.3.2 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

7.4 Forma de pagamento

7.4.1 O pagamento será efetuado mediante depósito em conta corrente no Banco do Brasil S/A sob a titularidade da Contratada, conforme Decreto Estadual nº 62.867/2017.

7.4.1.1 Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, 2008.

7.4.2 O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.4.2.1 Independente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.3 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos

e contribuições abrangidos por aquele regime, exceto nos casos em que, por força da legislação vigente, essas retenções sejam devidas.

8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

8.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE.

8.2 Critérios de aceitabilidade de preços

8.2.1 A aceitabilidade de preços obedecerá às condições contidas no Item 4.2 e subitens deste Termo de Referência.

8.3 Exigências de habilitação

8.3.1 Previamente à celebração do contrato ou emissão de Instrumento equivalente (Autorização de Fornecimento, nota de empenho ou outro), a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) Sistema de Cadastramento de Fornecedor - SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria- Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

d) Consulta de SANÇÕES do Estado de São Paulo: https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes_ui.aspx/ConsultaAdministrativaFornecedor.aspx ;

e) Consulta de Relação de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP): <https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>;

8.3.2 Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os requisitos descritos nos itens seguintes, conforme sua natureza jurídica.

8.4 Habilitação jurídica

8.4.1 **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4.2 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4.3 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.4.4 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da

Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.4.5 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.4.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.4.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.4.8 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.4.9 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.5 Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.5.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.5.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.5.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.5.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.5.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.5.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.5.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.5.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.6 Qualificação Econômico-Financeira

8.6.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.6.1 Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor);

8.6.1.1 Caso o fornecedor esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso;

8.6.2 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.6.2.1 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), bem como o Índice de Endividamento (IE) menor ou igual a 0,50 (zero ponto cinquenta);

8.6.2.1.1 A fórmula é composta dos índices resultantes de:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

$$IE = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}{\text{Ativo Total}}$$

8.6.3 Patrimônio Líquido Mínimo: Lote 1 Pintura Interna R\$ de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil) e/ou Lote 2 Pintura Externa R\$ de R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil) comprovados na forma da lei, admitida sua atualização conforme legislação vigente.

8.6.3.1 A atualização do Patrimônio Líquido, se necessária, deverá ser demonstrada por documento assinado pelo representante legal e profissional devidamente habilitado e inscrito no órgão de classe.

8.6.4 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º); e

8.6.5 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.6.6 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável.

8.7 Qualificação Técnica

8.7.1 A qualificação técnica obedecerá às condições contidas no Item 4.3. e subitens deste Termo de Referência.

8.8 Outras comprovações

8.8.1 Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.8.1.1 Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;

- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão.

8.8.1.2 O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.8.1.3 Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.8.1.4 A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.8.2 Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.8.2.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.8.2.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.8.2.3 Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.8.2.4 Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.8.2.5 Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.8.2.6 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

8.8.2.7 Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

8.8.3 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8.4 É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.8.5 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.8.6 Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.8.7 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado total da contratação é:

Lote 1 – Pintura Interna R\$ 8.146.659,00 (oito milhões cento e quarenta e seis mil seiscentos e cinquenta e nove reais), conforme planilha orçamentária constante da Pasta Técnica.

Lote 2 – Pintura Externa R\$ 11.912.094,90 (onze milhões novecentos e doce mil e noventa e quatro reais e noventa centavos), conforme planilha orçamentária constante da Pasta Técnica.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Universidade Estadual de Campinas, conforme abaixo:

Fonte de Recurso: Tesouro

Funcional Programática Legal (FPL): 12.122.4807.6351

Classificação Econômica: 3339-79

Oscar José Luis Maizman Martínez

Maria Teodora da Rocha Ioti

Campinas, 04 de março de 2026.

Documento assinado eletronicamente por OSCAR JOSE LUIS MAIZMAN MARTINEZ, TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO, em 04/03/2026, às 15:07 horas, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.

Documento assinado eletronicamente por MARIA TEODORA DA ROCHA IOTI, COORDENADOR DE SERVIÇO, em 04/03/2026, às 15:13 horas, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
sigad.unicamp.br/verifica, informando o código verificador:
66457FCD 997E426F 9FBEA603 5CEEA055



MODELO DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
SERVIÇOS COM MÃO DE OBRA – ESCOPO – LICITAÇÃO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Processo Administrativo nº 01-P-24058/2024

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM
ENTRE SI A **UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS** E A
EMPRESA.....

A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, entidade autárquica de regime especial do Governo do Estado de São Paulo, com sede na Cidade Universitária "Zeferino Vaz", Distrito de Barão Geraldo, Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 46.068.425/0001-33, neste ato representada pelo(a) portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por, tendo em vista o que consta no Processo nº 01-P-24058/2024 e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do (modalidade licitatória) nº/....., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviço de pintura interna e externa de paredes, fachadas, tetos, portas, portões, grades, calha, rufos, esquadrias de madeira, esquadrias metálicas, estruturas metálicas, estruturas de madeira, suportes de ar condicionado, dutos, escadas, escada marinho, bicicletário, corrimãos e tubos de quedas em edifícios de múltiplos pavimentos, a serem executados com mão de obra, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
Lote1	Obras Civas – Pequenas Obras /Pintura em Geral	13455	Evento	300	
Lote 2	Obras Civas – Pequenas Obras /Pintura em Geral	13455	Evento	200	

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. Em caso de conflito entre os documentos mencionados no subitem 1.3, por ser mais específico, prevalecerá o disposto no Termo de Referência.

1.5. O regime de execução é a empreitada por preço unitário.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. A vigência do presente contrato será a partir da data de sua assinatura até a da realização do recebimento definitivo, devendo a Contratada obedecer ao prazo de execução definido no Termo de Referência, sob pena de incidir nas sanções estabelecidas neste instrumento.

2.2. O prazo para adimplemento das obrigações admite prorrogação nas hipóteses previstas no § 5º do artigo 115 da Lei 14.133/2021, mediante solicitação por escrito, motivada e instruída com documentos comprobatórios, a ser formalizada por Apostilamento.

2.3. O término da vigência do contrato não importará na ineficácia das cláusulas do foro e das sanções que continuarão aplicáveis até o total e integral cumprimento das obrigações estabelecidas.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, conforme limite estabelecido a partir da definição dos serviços passíveis de subcontratação estabelecidos no Termo de Referência.

4.2. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, discriminada no Termo de Referência.

4.3. Poderão ser subcontratadas as parcelas do objeto definidas no Termo de Referência.

4.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.5. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.6. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.7. A autorização da subcontratação ficará condicionada à apresentação, pela subcontratada, dos documentos relativos à habilitação jurídica, fiscal e trabalhista, bem como ao atendimento dos requisitos do Manual de Segurança da Diretoria Geral de Recursos Humanos.

4.8. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.9. Caso tenha sido formulada no Termo de Referência a exigência de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte (art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, e art. 7º, do Decreto n.º 8.538, de 2015), além do regramento acima, deverão ser observadas as seguintes disposições específicas:

4.9.1. O CONTRATADO deverá apresentar, ao longo da vigência contratual, sempre que solicitada, a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;

4.9.2. O CONTRATADO deverá substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o CONTRATANTE, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada; e

4.9.3. O CONTRATADO será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total estimado da contratação é de R\$...... ().

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

6.2. O pagamento será efetuado mediante depósito no Banco do Brasil S/A, Agência e Conta Corrente nº, sob a titularidade da Contratada.

6.3. É condição à realização do pagamento o encaminhamento, pela Contratada, à Divisão de Contratos/DGA, através do e-mail contratos.execucao@dga.unicamp.br, no prazo de até 3 (três) dias contados da data de aprovação da medição/recebimento dos serviços, os seguintes documentos:

- a) nota fiscal, fatura, ou declaração da não emissão com base em dispositivos legais;
- b) relação nominal dos funcionários alocados na prestação de serviços;
- c) cópia da folha de pagamento dos funcionários alocados para a prestação dos serviços;
- d) Recolhimento legal: FGTS (Guia do FGTS Digital e respectivo comprovante de pagamento);
- e) Relatório de Detalhe da Guia Emitida do FGTS Digital;
- f) Recolhimento legal: INSS (DARF e respectivo comprovante de pagamento);
- g) DCTF-WEB completa (recibo de entrega e folhas de débito e de crédito);

6.3.1 Os documentos relacionados no subitem 6.3 deverão corresponder ao período de execução da medição e por tomador de serviço.

6.3.1.1 Caso, por ocasião da apresentação da nota fiscal, da fatura, do recibo ou do documento de cobrança equivalente não haja decorrido o prazo legal para recolhimento do FGTS e do INSS, quando for o caso, poderão ser apresentadas cópias das guias de recolhimento referentes ao mês imediatamente anterior.

6.3.2 Na hipótese de constatação de irregularidade na documentação, a contagem do prazo de pagamento terá início a partir da data da entrega dos documentos regularizados.

6.3.2.1 A não apresentação dessas comprovações assegura à CONTRATANTE o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou os pagamentos seguintes.

6.4. É condição à efetivação do pagamento a inexistência de registro da Contratada no CADIN Estadual, o que será averiguado pela Contratante, na forma do artigo 6º da Lei Estadual n.º 12.799/2008.

6.5. Em atendimento ao artigo 31 da Lei Federal n.º 8.212/1991, alterado pela Lei Federal n.º 11.933/2009, e à Instrução Normativa RFB nº 971 de 13/11/2009, a Contratante fará a retenção do valor dos serviços indicados na nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente, obrigando-se a recolher em nome da Contratada a importância retida até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da emissão do respectivo documento de cobrança ou no próximo dia útil, caso esse não o seja, nos termos dos artigos 112 e 129 da referida instrução.

6.6. Quando da emissão da nota fiscal, fatura, recibo ou documento equivalente, a Contratada deverá destacar o valor da retenção, a título de "RETENÇÃO PARA A SEGURIDADE SOCIAL", conforme determina o art. 126 da Instrução Normativa citada no subitem anterior.

6.7. A falta de destaque do valor da retenção no documento fiscal constitui infração ao disposto no § 1º do art. 31 da Lei federal nº 8.212/91 e impossibilitará a Contratada a efetuar sua compensação junto ao INSS, ficando a critério da Contratante proceder a retenção/recolhimento sobre o valor bruto dos serviços ou devolver o documento à Contratada, para correção.

6.8. A Contratante emitirá uma Guia da Previdência Social - GPS específica, sendo que na hipótese de emissão no mesmo mês, de mais de um documento de cobrança, a Contratante reserva o direito de consolidar o recolhimento dos valores retidos em uma única Guia.

6.9. O recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN deverá ser feito em consonância com o artigo 3º e demais disposições da Lei Complementar Federal nº 116/2003.

6.9.1. Caso o tributo em questão seja devido ao município de Campinas, a Contratante, na qualidade de responsável tributária, na forma da Lei Municipal nº 12.392, de 20/10/2005, bem como do Decreto Municipal nº 15.356, de 26/12/2005, deverá reter a quantia correspondente à alíquota cabível na nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente apresentada e recolher a respectiva importância em nome da Contratada.

6.9.2. Quando da emissão da nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente, a Contratada deverá destacar o valor da retenção, a título de "RETENÇÃO PARA O ISS". Considera-se preço do serviço a receita bruta a ele correspondente, sem nenhuma dedução.

6.10. Os valores correspondentes a eventuais danos materiais, provocados por culpa dos funcionários da Contratada, serão objetos de desconto do seu pagamento, observado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

6.11. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, não gerando direito a atualização de preço.

6.12. Os serviços serão pagos pelas partes efetivamente executadas e aceitas.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPC-FIPE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Não praticar atos de ingerência na administração do contratado, tais como (art. 48 da Lei n.º 14.133/2021):
- 8.9.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
 - 8.9.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;
 - 8.9.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do contratado;
 - 8.9.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
 - 8.9.5. demandar a funcionário do contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;
 - 8.9.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.
- 8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.8. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões

que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo

complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.24. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.25. Garantir o acesso do contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

9.26. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.27. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

9.28. Disponibilizar ao contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

9.29. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

9.30. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;

9.31. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o contratado deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

9.32. Autorizar o contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

9.33. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

- 9.34. Atender às solicitações do contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 9.35. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.36. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o contratado relatar ao contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.37. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:
- 9.38. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 9.39. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 9.40. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
- 9.41. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 9.41.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;
- 9.41.2. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratado deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.
- 9.42. Entregar à Divisão de Segurança do Trabalho/DSTr, com 2 (dois) dias úteis de antecedência da data de integração, os documentos, conforme previsto no Manual de Segurança (http://www.dgrh.unicamp.br/documentos/manuais/man_dsso_seguranca.pdf) para Contratados, para emissão de crachás específicos.

9.42.1. Na hipótese de subcontratação, as subcontratadas deverão apresentar toda a documentação relacionada no Manual de Segurança, bem como o Termo de Contrato firmado com a Contratada por cópias autenticadas ou simples junto com o original para cotejo.

9.43. Apresentar a planilha de composição de custo em até 30 (trinta) dias, contados da assinatura do contrato, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. A Contratada fica obrigada a comunicar a Unicamp, em até 24 (vinte e quatro) horas do conhecimento, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

10.3. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.4. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.5. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.6. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.7. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.8. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.9. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.10. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.11. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.11.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII) – Não se aplica

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa Contratual**: que não poderá ser inferior a 0,5% nem superior a 30% do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer infração administrativa ou descumprimento de qualquer das cláusulas estipuladas no presente contrato.

v) **Multa de Mora**: calculada progressivamente, por dia de atraso, sobre o valor da obrigação não cumprida, observando-se a relação proporcional dos dias de atraso com o prazo de entrega ou execução contratualmente estabelecido, na forma a seguir disposta:

1. Para atraso de até 25% (vinte e cinco por cento) do prazo estipulado para o cumprimento da obrigação: multa de 0,15% (zero vírgula quinze por cento) por dia de atraso;
2. Para atraso entre 25,01 (vinte e cinco vírgula zero um) e 50% (cinquenta por cento) do prazo estipulado para o cumprimento da obrigação: multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso;
3. Para atraso entre 50,01 (cinquenta vírgula zero um) e 75% (setenta e cinco por cento) do prazo estipulado para o cumprimento da obrigação: multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso;
4. Para atraso superior a 75% (setenta e cinco por cento) do prazo estipulado para o cumprimento da obrigação: multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) por dia de atraso.

v.1. O percentual de atraso será obtido por meio da divisão do número de dias de atraso pelo prazo contratualmente estabelecido e, posteriormente, multiplicado por 100 (cem), com arredondamento em duas casas decimais.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

12.12. Além das disposições previstas na Cláusula Décima Primeira, a aplicação das sanções previstas no presente contrato deverá observar o disposto na Resolução GR-19/2023.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.1.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.1.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.4. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

13.5. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

13.6. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

13.7. Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

13.7.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será

executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, b, da Lei nº 14.133/2021); e

13.7.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

13.8. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado (art. 121, §3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

13.9. O contratante poderá ainda:

13.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, "c", da Lei nº 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria; e

13.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

13.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

15.1. As despesas serão pagas através de recursos orçamentários a conta da(s) funcional(is) programática(s) _____ no elemento econômico _____.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campinas, Estado de São Paulo, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE CONTRATOS
UASG XXXXXX

Aprovado segundo
Parecer PG nº 432/2026,
de 24/02/2026, e
Despacho PG nº
738/2026, de 24/02/2026

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

PREGÃO ELETRÔNICO DGA Nº 90108/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º

O(A) UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, entidade autárquica de regime especial do Governo do Estado de São Paulo com sede na Cidade Universitária de “Zeferino Vaz”, Distrito de Barão Geraldo, Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MFs sob o nº 46.068.425/0001-33, neste ato representado(a) pelo(a) (nome), portador(a) da matrícula funcional nº....., no uso da competência conferida pela legislação aplicável, considerando o resultado obtido conforme o processo administrativo n.º 01-P-24058/2024, resolve celebrar a presente ATA de REGISTRO DE PREÇOS, procedendo ao registro dos preços do(s) fornecedor(es) indicado(s) e qualificado(s) nesta ata, de acordo com a classificação por ele(s) alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo às condições previstas no [Edital de licitação] / [Aviso da Contratação Direta], sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, c/c o Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais preceitos da legislação aplicável, e em conformidade com as disposições a seguir, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de Serviço de pintura interna e externa de paredes, fachadas, tetos, portas, portões, grades, calha, rufos, esquadrias de madeira, esquadrias metálicas, estruturas metálicas, estruturas de madeira, suportes de ar condicionado, dutos, escadas, escada marinho, bicicletário, corrimãos e tubos de quedas em edifícios de múltiplos pavimentos, conforme o detalhamento e as especificações técnicas constantes da documentação que constitui Anexo do [Edital de Pregão Eletrônico nº 90108/2026 / Aviso da Contratação Direta nº/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade mínima a ser cotada, a quantidade máxima de cada item que poderá ser contratada, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: _____ (nome empresarial ou denominação, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)					
Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	VALOR TOTAL

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo desta Ata.

Versão 19/06/2024

E-mail: contratos@unicamp.br
Praça das Bandeiras, nº 45 - Quadra 2 - Prédio 1
Cidade Universitária "Zeferino Vaz" - Barão Geraldo
Campinas - SP - Brasil - CEP: 13083-869
www.dga.unicamp.br

Ata de Registro de
Preços nº xxxx/20xx



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE CONTRATOS
UASG XXXXXX

Aprovado segundo
Parecer PG nº 432/2026,
de 24/02/2026, e
Despacho PG nº
738/2026, de 24/02/2026

3. ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1. O órgão ou entidade gerenciadora será a Universidade Estadual de Campinas.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão a esta Ata de Registro de Preços, conforme justificativa apresentada nos autos do processo.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. O prazo de vigência e validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O fornecedor poderá se opor à prorrogação da ata de registro de preços, por escrito e com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da data final da vigência.

5.1.2. A contratação decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e serão observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do instrumento da contratação deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A formalização da contratação com os fornecedores registrados nesta ata de registro de preços deverá ocorrer no prazo de validade deste instrumento.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.4. As contratações respeitarão a ordem de classificação dos fornecedores registrados nesta ata.

5.5. O registro de fornecedores incluído nesta ata na forma de anexo, quando for o caso, consiste na formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. A fase de apresentação de amostra(s) ou de execução de prova de conceito que seja exigida na documentação que integra o instrumento convocatório, quando houver, e a habilitação dos fornecedores que compõem o cadastro de reserva, quando for o caso, serão efetuadas quando houver necessidade de contratação dos fornecedores remanescentes, por impossibilidade de atendimento da demanda pelo signatário da ata, observada a disciplina estabelecida nesta ata e no instrumento convocatório mencionado no subitem 1.1.

5.7. O preço registrado, com indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência desta ata de registro de preços.

Versão 19/06/2024

E-mail: contratos@unicamp.br
Praça das Bandeiras, nº 45 - Quadra 2 - Prédio 1
Cidade Universitária "Zeferino Vaz" - Barão Geraldo
Campinas - SP - Brasil - CEP: 13083-869
www.dga.unicamp.br

Ata de Registro de
Preços nº xxxx/20xx



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE CONTRATOS
UASG XXXXXX

Aprovado segundo
Parecer PG nº 432/2026,
de 24/02/2026, e
Despacho PG nº
738/2026, de 24/02/2026

5.8. Caso se caracterize hipótese de impossibilidade de atendimento da demanda pelo signatário da ata de que trata o item 5.6, observado o disposto no referido item, ficará facultado à Administração convocar os fornecedores remanescentes do cadastro de reserva, quando houver, na ordem de classificação, para contratação nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.8.1. Na hipótese de nenhum dos fornecedores que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nas condições propostas pelo primeiro classificado nos termos do subitem anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização na forma prevista na documentação que integra o instrumento convocatório mencionado no subitem 1.1, poderá:

5.8.1.1. Convocar para negociação os fornecedores remanescentes que mantiveram sua proposta original, quando houver, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

5.8.1.2. Adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelos fornecedores remanescentes, observado o disposto neste item 5 e a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.9. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do(s) item(ns) registrado(s), nas seguintes situações:

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou da superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

6.2. É previsto reajustamento dos preços registrados nesta ata, para o reajustamento dos preços de eventual contratação dela decorrente.

6.2.1. Caso seja realizado reajustamento dos preços desta ata, somente caberá reajustamento dos preços de eventual contratação dela decorrente se forem observados os requisitos especificados no respectivo instrumento, e for ultrapassado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado a partir dos efeitos do reajustamento dos preços desta ata, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPC-FIPE. No caso de reajustamento(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos do último reajustamento.

6.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços;

Versão 19/06/2024

E-mail: contratos@unicamp.br
Praça das Bandeiras, nº 45 - Quadra 2 - Prédio 1
Cidade Universitária "Zeferino Vaz" - Barão Geraldo
Campinas - SP - Brasil - CEP: 13083-869
www.dga.unicamp.br

Ata de Registro de
Preços nº xxxx/20xx



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE CONTRATOS
UASG XXXXXX

Aprovado segundo
Parecer PG nº 432/2026,
de 24/02/2026, e
Despacho PG nº
738/2026, de 24/02/2026

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Quando, por motivo superveniente, o preço registrado se tornar superior àquele praticado no mercado, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a sua redução.

7.1.1. Quando for exitosa a negociação a que alude o subitem anterior, o órgão ou entidade gerenciadora comunicará o novo preço aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que realizem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.2. O fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas, caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado.

7.1.2.1. Na hipótese prevista no subitem anterior, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no subitem 8.1.3.

7.1.2.1.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará a ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa, caso, nas negociações a que alude o subitem anterior, os fornecedores do cadastro de reserva não aceitem reduzir seus preços aos valores de mercado.

7.2. Quando o preço praticado no mercado se tornar superior ao preço registrado, o fornecedor poderá requerer ao órgão ou entidade gerenciadora a alteração do preço registrado, desde que observe os requisitos especificados no subitem 7.2.1.

7.2.1. O requerimento a que alude o subitem 7.2 deverá observar o disposto no subitem 6.1 e estar acompanhado de:

- a) prova de fato superveniente que impossibilite o cumprimento do compromisso registrado nesta ata;
- b) documentação comprobatória da inviabilidade de manutenção do preço registrado.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação dos requisitos especificados nos subitens 7.2 e 7.2.1:

- a) o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora;
- b) o fornecedor deverá cumprir o compromisso registrado na ata sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do subitem 8.1, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, em especial aquelas previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.3. Quando realizado o cancelamento do registro do fornecedor a que alude a alínea "b" do subitem 7.2.2, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no subitem 5.6.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE CONTRATOS
UASG XXXXXX

Aprovado segundo
Parecer PG nº 432/2026,
de 24/02/2026, e
Despacho PG nº
738/2026, de 24/02/2026

7.2.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará a ata de registro de preços, nos termos do subitem 8.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa, caso não obtenha êxito nas negociações a que alude o subitem anterior.

7.2.4. Quando forem comprovados os requisitos estabelecidos nos subitens 7.2 e 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora:

- a) alterará o preço registrado, observados os valores praticados pelo mercado, no limite do impacto causado pelos fatos supervenientes ensejadores da inviabilidade de manutenção do preço inicial;
- b) comunicará o novo preço aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes desta ata de registro de preços, para eventual alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O órgão ou entidade gerenciadora cancelará o registro do fornecedor quando este:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) se recusar a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no subitem 7.2.2; ou
- d) for apenado com sanção prevista no inciso III do caput do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), aplicada no âmbito da Administração Pública do Estado de São Paulo, ou sanção prevista no inciso IV do caput do mesmo artigo.

8.1.1. Na hipótese a que alude a alínea “d” do subitem anterior, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência desta ata de registro de preços, o órgão ou entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, sendo vedadas novas contratações derivadas desta ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.1.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no subitem 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

8.1.3. Quando for cancelado o registro do fornecedor, o órgão ou entidade gerenciadora poderá convocar os fornecedores que compõem o cadastro de reserva, observados a ordem de classificação e o disposto no subitem 5.6.

8.2. O órgão ou entidade gerenciadora poderá, justificadamente, cancelar, total ou parcialmente, os preços registrados nesta ata de registro de preços:

- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido do fornecedor, à vista de prova da ocorrência superveniente de caso fortuito ou força maior que impossibilitem o cumprimento do compromisso registrado; ou
- c) se não houver êxito nas negociações, nos termos dos subitens 7.1.2.1.1 e 7.2.3.1.

Versão 19/06/2024

E-mail: contratos@unicamp.br
Praça das Bandeiras, nº 45 - Quadra 2 - Prédio 1
Cidade Universitária "Zeferino Vaz" - Barão Geraldo
Campinas - SP - Brasil - CEP: 13083-869
www.dga.unicamp.br

**Ata de Registro de
Preços nº xxxx/20xx**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE CONTRATOS
UASG XXXXXX

Aprovado segundo
Parecer PG nº 432/2026,
de 24/02/2026, e
Despacho PG nº
738/2026, de 24/02/2026

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento desta Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no instrumento convocatório mencionado no subitem 1.1 e [Resolução GR-019/2023](#), garantidos o contraditório e a ampla defesa.

9.1.1. As sanções cabíveis também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

9.2. É da competência do órgão ou entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. Os fornecedores registrados nesta ata de registro de preços estarão obrigados a celebrar as contratações que dela poderão advir nas condições estabelecidas, observado o disposto no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 e neste instrumento.

10.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a celebrar contratações decorrentes desta ata de registro de preços, observando-se o disposto no item 5.9.

10.2. A contratação com os fornecedores registrados nesta ata será formalizada pelo órgão ou entidade interessada mediante a [assinatura de termo de contrato] **OU** [emissão de autorização de fornecimento, nota de empenho ou outro instrumento equivalente], cuja minuta integra como Anexo o instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

10.2.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo fornecedor para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, o órgão ou entidade interessada verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

10.2.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos no subitem anterior por meio eletrônico hábil de informações, o fornecedor será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

10.2.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do fornecedor no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais–CADIN ESTADUAL". Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

Versão 19/06/2024

E-mail: contratos@unicamp.br
Praça das Bandeiras, nº 45 - Quadra 2 - Prédio 1
Cidade Universitária "Zeferino Vaz" - Barão Geraldo
Campinas - SP - Brasil - CEP: 13083-869
www.dga.unicamp.br

**Ata de Registro de
Preços nº xxxx/20xx**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE CONTRATOS
UASG XXXXXX

Aprovado segundo
Parecer PG nº 432/2026,
de 24/02/2026, e
Despacho PG nº
738/2026, de 24/02/2026

- 10.2.4. Com a finalidade de verificar se o fornecedor mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no instrumento convocatório mencionado no item 1.1.
- 10.2.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:
- 10.2.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que o fornecedor, à época do certame, houver se comprometido a exibir por ocasião da celebração da contratação por meio de declaração específica, caso exigida na documentação que integra como Anexo o instrumento convocatório mencionado no item 1.1;
 - 10.2.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o fornecedor com exclusividade perante o contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa);
 - 10.2.5.3. caso seja definido no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 que o objeto do certame consiste em execução de obra ou serviços de engenharia, a apresentação do registro ou inscrição do fornecedor no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU competente, com o visto do CREA/SP ou do CAU/SP, conforme o caso, se o local do registro ou inscrição for situado em região não compreendida na área de jurisdição da referida entidade, observada a legislação aplicável.
- 10.3. O fornecedor terá o prazo de 05.(cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.3.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.
 - 10.3.2. O prazo para assinatura previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado por igual período por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.
 - 10.3.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.
- 10.4. O instrumento contratual (autorização de fornecimento, nota de empenho ou outro instrumento equivalente) será enviado por meio eletrônico (e-mail ou outra ferramenta digital) ou Correios (se necessário).
- 10.5. A ausência de envio de confirmação de recebimento do instrumento contratual importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis previstas na Lei nº 14.133, de 2021 e na Resolução GR-019/2023.
- 10.5.1. O envio de confirmação de recebimento do instrumento contratual (autorização de fornecimento, nota de empenho ou outro instrumento equivalente), implica o reconhecimento pelo fornecedor:



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE CONTRATOS
UASG XXXXXX

Aprovado segundo
Parecer PG nº 432/2026,
de 24/02/2026, e
Despacho PG nº
738/2026, de 24/02/2026

- 10.5.1.1. de que referida autorização de fornecimento, nota de empenho ou outro instrumento equivalente está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.5.1.2. de que está vinculado às previsões contidas no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 e seus Anexos e à sua proposta;
- 10.5.1.3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;
- 10.5.1.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.5.1.5. dos direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.5.1.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação.

10.6. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos na documentação que integra o instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

10.7. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de item(ns) específico(s) do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) via(s), que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelo(a) representante do órgão ou entidade gerenciadora e pelo(as) representante(s) do(s) fornecedor(es) registrado(s), e por testemunhas, todos abaixo identificados.

Local e data, xx de xxxx de 2025

Assinaturas

Representante legal do órgão ou entidade gerenciadora

Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

TESTEMUNHAS:

1-

2-



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE CONTRATOS
UASG XXXXXX

Aprovado segundo
Parecer PG nº 432/2026,
de 24/02/2026, e
Despacho PG nº
738/2026, de 24/02/2026

Anexo I

Cadastro de Reserva

Obedecendo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar o(s)
item(ns) com preços iguais aos do adjudicatário:

Fornecedor: _____ (nome empresarial ou denominação, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)					
Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	VALOR TOTAL

Obedecendo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua
proposta original:

Fornecedor: _____ (nome empresarial ou denominação, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)					
Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	VALOR TOTAL



ORÇAMENTO & EXECUÇÃO DA DESPESA
NOTA DE EMPENHO

Dados do Empenho

Data de Empenho:			Lote:		Exercício:	2023
Processo:			Reserva:		Compromisso:	
Contrato:						
Licitação /						
Fonte de Recurso:						
CO:						
Órgão:						

Dados do Orçamento Legal

Funcional Programática			
Classificação Econômica:			
Valor Despesa:		Sistema Origem:	

Credor

Tipo Documento			
Nome / Razão Social:			
Endereço:			
Complemento:		Bairro:	
Cidade:		Cep:	
Telefone:		País	
Conta Bancária:		Caixa Postal:	
Email:			

Especificação da Despesa

Valor Total:

Dados da Autorização de Fornecimento

Empenhada em:			Valor Total da AF:	
Processo de compra:			Processo Secundário:	
Dispensa:		Lei 14.133/2021, Art. 75, II	OC/BEC:	
Área de Compra:			Comprador:	

Fornecedor Autorizado

Razão Social:		CPF/CNPJ:	
Inscrição Estadual:		Inscrição Municipal:	
Endereço:		Complemento:	
Bairro:		Caixa Postal:	
Cidade:		CEP:	
Telefone:		FAX:	
E-mail:			
Banco:		Agência:	
		C/C:	
		DV:	

Itens Contratados

Item	Qtde	Código	UF	Valor Unit.	Valor Total (R\$)	Tipo Recolhimento ICMS
Marca:				Modelo:		
Validade:						
Parcela Entrega		Prazo	Qtde			
1						
Parcela Pagto		Prazo	A partir de	Valor		
1						

Empenhada. Fornecedor fora do CADIN no momento do empenho.

Empenho(s) da

1 - Contato para entrega: Ivaldo Alves Lombas dos Santos, e-mail ivaldoas@unicamp.br, telefone (19) 3521-7368 ou Danilo R Perillo, e-mail: perillo@unicamp.br, telefone (19) 3521-6579.

2 - Para quaisquer assuntos relacionados à entrega de materiais deverá ser encaminhado à: entregasdispensa@dga.unicamp.br ou entregascitacao@dga.unicamp.br

3 - Dados para faturamento: Universidade Estadual de Campinas, Cidade Universitária Zeferino Vaz s/nº, Distrito de Barão Geraldo - Campinas/SP, CEP 13083-970, Inscrição Estadual: Isento, CNPJ: 46.068.425/0001-33

4 - Compõe esta autorização de fornecimento as disposições do edital de licitação ou o ato que tiver autorizado a contratação direta, a proposta do licitante vencedor, bem como as regras constantes no Termo de Referência da contratação.

5 - Conforme Decreto Estadual nº 62.867/2017 e alterações, os pagamentos de despesas, obrigações ou responsabilidades de qualquer natureza, inclusive os decorrentes de decisões judiciais, de serviços da dívida pública ou de transferências, deverão ser executados exclusivamente pelo Banco do Brasil S.A.

6 - Nos termos do artigo 6, inciso II e 1a. Lei Estadual 12799/08 c.c., artigo 7, inciso II e 1o. do Decreto Estadual 53455/08, a existência de pendência(s) no Cadin Estadual ensejará a retenção do(s) pagamentos a que vossa empresa faz jus.

7 - É vedada a colocação do crédito em cobrança bancária, bem como a negociação do título.

- 8 - Não serão aceitas notas fiscais modelo 1 ou 1-A de acordo com a Portaria CAI 162/2008, art. 7, III, "a".
- 9 - Deverá constar no corpo da nota fiscal o número da AF e do processo. Estas informações são indispensáveis para efeito de pagamento.
- 10 - Deverá constar no corpo da nota fiscal o prazo de garantia no caso de equipamentos.
- 11 - Não serão permitidas divergências entre o CNPJ/CPF do titular da conta corrente e o CNPJ/CPF do fornecedor cadastrado. Os Bancos fazem distinção entre o CNPJ da matriz e o CNPJ das filiais.
- 12 - No caso de serviços prestados in loco na Universidade, deverá constar na NF como "local de prestação do serviço" o município correspondente ao campus da UNICAMP em que o objeto da contratação foi executado.
- 13 - Destacar no documento fiscal a retenção do Imposto de Renda conforme IN RFB nº 1.234/2012. Para os casos de não incidência ou alíquota zero do IR, informar obrigatoriamente no documento fiscal o respectivo enquadramento legal sob pena de, em caso de não atendimento, sujeitar-se à retenção.
- 14 - Os valores de COFINS, CSLL e PIS/PASEP NÃO deverão ser destacados nas notas fiscais. Se houver destaque dessas contribuições a NF deverá ser substituída.
- 15 - Quando devido, o desconto de ICMS deverá ser mencionado no campo apropriado da Nota Fiscal.
- 16 - O contratado é obrigado a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.
- 17 - O contratado está sujeito às sanções previstas na Resolução GR 19/2023, Publicada no D.O.E. em 25/03/2023 e disposições da Lei Federal 14.133/2021, de acordo com o disposto no instrumento convocatório.
- 18 - O presente contrato poderá ser extinto nos casos previstos na legislação vigente.
- 19 - Fica eleito o Foro da Comarca de Campinas, Estado de São Paulo, para dirimir as dúvidas ou controvérsias desta Autorização de Fornecimento que não puderem ser resolvidas administrativamente pelas partes.

Local de entrega:

Cidade Universitária Zeferino Vaz - CAMPINAS - São Paulo

UNICAMP/DGA



Serviço: Pintura interna e externa de paredes, fachadas, tetos, portas, portões, grades, calha, rufos, esquadrias de madeira, esquadrias metálicas, estruturas metálicas, estruturas de madeira, suportes de ar condicionado, dutos, escadas, escada marinho, bicicletário, corrimão e tubo de queda em edifícios de múltiplos pavimentos.

Data base: set/25

BDI: 23,00%

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA											
LOTE 1 - PINTURA INTERNA											
Item	Código	Base	Serviço	Unid.	Qtd.	Custo Unitário de Mão de Obra (R\$)	Custo Unitário de Material (R\$)	Custo Unitário Total (R\$)	Custo Total de Mão de Obra (R\$)	Custo Total de Material (R\$)	Custo Total (R\$)
1.1	33.01.280	CDHU	Reparo de trincas rasas, até 5 mm de largura, em tetos e paredes de ambientes internos.	m	2.000,00	R\$ 27,92	R\$ 29,07	R\$ 56,99	R\$ 55.840,00	R\$ 58.140,00	R\$ 113.980,00
1.2	97631	SINAPI	Demolição manual de revestimento de argamassa de tetos e paredes.	m²	5.000,00	R\$ 16,03	R\$ -	R\$ 16,03	R\$ 80.150,00	R\$ -	R\$ 80.150,00
1.3	87878	SINAPI	Chapisco aplicado em alvenaria e estruturas de concreto internas, com colher de pedreiro, argamassa traço 1:3 com preparo manual.	m²	5.000,00	R\$ 3,20	R\$ 2,55	R\$ 5,75	R\$ 16.000,00	R\$ 12.750,00	R\$ 28.750,00
1.4	104977	SINAPI	Massa única, em argamassa traço 1:2:8, preparo mecânico, aplicada manualmente em teto, espessura de 17,5 mm, com taliscas.	m²	5.000,00	R\$ 40,29	R\$ 16,57	R\$ 56,86	R\$ 201.450,00	R\$ 82.850,00	R\$ 284.300,00
1.5	104952	SINAPI	Massa única, em argamassa traço 1:2:8, preparo manual, aplicada manualmente em parede internas, espessura de 17,5 mm, com taliscas.	m²	5.000,00	R\$ 19,91	R\$ 22,04	R\$ 41,95	R\$ 99.550,00	R\$ 110.200,00	R\$ 209.750,00
1.6	88496	SINAPI	Emassamento com massa látex, aplicação em teto, duas demãos, lixamento manual.	m²	25.000,00	R\$ 35,23	R\$ 5,41	R\$ 40,64	R\$ 880.750,00	R\$ 135.250,00	R\$ 1.016.000,00
1.7	88497	SINAPI	Emassamento com massa látex, aplicação em parede, duas demãos, lixamento manual.	m²	35.000,00	R\$ 17,14	R\$ 5,41	R\$ 22,55	R\$ 599.900,00	R\$ 189.350,00	R\$ 789.250,00
1.8	-	COMPOSIÇÃO	Pintura manual de teto com tinta látex acrílica premium, duas demãos, incluso preparo da superfície.	m²	40.000,00	R\$ 15,17	R\$ 9,43	R\$ 24,60	R\$ 606.800,00	R\$ 377.200,00	R\$ 984.000,00
1.9	-	COMPOSIÇÃO	Pintura manual de parede com tinta látex acrílica premium, duas demãos, incluso preparo da superfície.	m²	60.000,00	R\$ 10,89	R\$ 9,43	R\$ 20,32	R\$ 653.400,00	R\$ 565.800,00	R\$ 1.219.200,00
1.10	-	COMPOSIÇÃO	Pintura com esmalte sintético premium sobre superfícies metálicas, ATÉ 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.	m²	10.000,00	R\$ 86,80	R\$ 19,29	R\$ 106,09	R\$ 868.000,00	R\$ 192.900,00	R\$ 1.060.900,00
1.11	-	COMPOSIÇÃO	Pintura com esmalte sintético premium sobre superfícies metálicas ACIMA de 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.	m²	3.000,00	R\$ 104,91	R\$ 19,29	R\$ 124,20	R\$ 314.730,00	R\$ 57.870,00	R\$ 372.600,00

1.12	-	COMPOSIÇÃO	Pintura com verniz alquídico sobre superfície de madeira, ATÉ 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.	m²	5.500,00	R\$ 19,57	R\$ 7,71	R\$ 27,28	R\$ 107.635,00	R\$ 42.405,00	R\$ 150.040,00
1.13	-	COMPOSIÇÃO	Pintura com verniz alquídico sobre superfície de madeira, ACIMA de 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.	m²	2.000,00	R\$ 23,48	R\$ 7,71	R\$ 31,19	R\$ 46.960,00	R\$ 15.420,00	R\$ 62.380,00
1.14	-	COMPOSIÇÃO	Pintura com esmalte sintético sobre superfície de madeira, ATÉ 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.	m²	5.000,00	R\$ 16,17	R\$ 7,55	R\$ 23,72	R\$ 80.850,00	R\$ 37.750,00	R\$ 118.600,00
1.15	-	COMPOSIÇÃO	Pintura com esmalte sintético sobre superfície de madeira, ACIMA 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.	m²	2.000,00	R\$ 19,40	R\$ 7,55	R\$ 26,95	R\$ 38.800,00	R\$ 15.100,00	R\$ 53.900,00
1.16	95305	SINAPI	Textura acrílica, aplicação manual em parede, uma demão.	m²	5.000,00	R\$ 7,31	R\$ 8,59	R\$ 15,90	R\$ 36.550,00	R\$ 42.950,00	R\$ 79.500,00
										Subtotal	R\$ 6.623.300,00

CUSTO TOTAL DE MATERIAL:	R\$ 1.935.935,00
CUSTO TOTAL DE MÃO DE OBRA:	R\$ 4.687.365,00
CUSTO TOTAL:	R\$ 6.623.300,00
BDI:	R\$ 1.523.359,00
PREÇO TOTAL (CUSTO + BDI):	R\$ 8.146.659,00

Documento assinado eletronicamente por RAIMUNDO FAGNER DE FREITAS KOCHER, ENGENHEIRO CIVIL, em 13/11/2025, às 08:05 horas, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.

Documento assinado eletronicamente por GERALDO JOSE FERREIRA, COORDENADOR DE DIVISÃO, em 13/11/2025, às 10:05 horas, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
sigad.unicamp.br/verifica, informando o código verificador:
477397F6 A4AE447B 9738E418 DDADCD58





Serviço: Pintura interna e externa de paredes, fachadas, tetos, portas, portões, grades, calha, rufos, esquadrias de madeira, esquadrias metálicas, estruturas metálicas, estruturas de madeira, suportes de ar condicionado, dutos, escadas, escada marinho, bicicletário, corrimãos e tubo de queda em edifícios de múltiplos pavimentos.

Data base:

BDI:

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA											
LOTE 1 - PINTURA INTERNA											
Item	Código	Base	Serviço	Unid.	Qtd.	Custo Unitário de Mão de Obra (R\$)	Custo Unitário de Material (R\$)	Custo Unitário Total (R\$)	Custo Total de Mão de Obra (R\$)	Custo Total de Material (R\$)	Custo Total (R\$)
1.1			Reparo de trincas rasas, até 5 mm de largura, em tetos e paredes de ambientes internos.	m	2.000,00						
1.2			Demolição manual de revestimento de argamassa de tetos e paredes.	m²	5.000,00						
1.3			Chapisco aplicado em alvenaria e estruturas de concreto internas, com colher de pedreiro, argamassa traço 1:3 com preparo manual.	m²	5.000,00						
1.4			Massa única, em argamassa traço 1:2:8, preparo mecânico, aplicada manualmente em teto, espessura de 17,5 mm, com taliscas.	m²	5.000,00						
1.5			Massa única, em argamassa traço 1:2:8, preparo manual, aplicada manualmente em parede internas, espessura de 17,5 mm, com taliscas.	m²	5.000,00						
1.6			Emassamento com massa látex, aplicação em teto, duas demãos, lixamento manual.	m²	25.000,00						
1.7			Emassamento com massa látex, aplicação em parede, duas demãos, lixamento manual.	m²	35.000,00						
1.8			Pintura manual de teto com tinta látex acrílica premium, duas demãos, incluso preparo da superfície.	m²	40.000,00						
1.9			Pintura manual de parede com tinta látex acrílica premium, duas demãos, incluso preparo da superfície.	m²	60.000,00						
1.10			Pintura com esmalte sintético premium sobre superfícies metálicas, ATÉ 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.	m²	10.000,00						
1.11			Pintura com esmalte sintético premium sobre superfícies metálicas ACIMA de 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.	m²	3.000,00						
1.12			Pintura com verniz alquídico sobre superfície de madeira, ATÉ 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.	m²	5.500,00						

1.13			Pintura com verniz alquídico sobre superfície de madeira, ACIMA de 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.	m²	2.000,00						
1.14			Pintura com esmalte sintético sobre superfície de madeira, ATÉ 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.	m²	5.000,00						
1.15			Pintura com esmalte sintético sobre superfície de madeira, ACIMA 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.	m²	2.000,00						
1.16			Textura acrílica, aplicação manual em parede, uma demão.	m²	5.000,00						
										Subtotal	R\$

CUSTO TOTAL DE MATERIAL:	R\$
CUSTO TOTAL DE MAO DE OBRA:	R\$
CUSTO TOTAL:	R\$
BDI:	R\$
PREÇO TOTAL (CUSTO+BDI):	R\$



Serviço: Pintura interna e externa de paredes, fachadas, tetos, portas, portões, grades, calha, rufos, esquadrias de madeira, esquadrias metálicas, estruturas metálicas, estruturas de madeira, suportes de ar condicionado, dutos, escadas, escada marinho, bicicletário, corrimãos e tubo de queda em edifícios de múltiplos pavimentos.

Data base: set/25

BDI: 23,00%

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA											
LOTE 2 - PINTURA EXTERNA											
Item	Código	Base	Serviço	Unid.	Qtd.	Custo Unitário de Mão de Obra (R\$)	Custo Unitário de Material (R\$)	Custo Unitário Total (R\$)	Custo Total de Mão de Obra (R\$)	Custo Total de Material (R\$)	Custo Total (R\$)
2.1	-	COMPOSIÇÃO	Retirada de interferências em fachada de edifícios de múltiplos pavimentos.	h	20.000,00	R\$ 30,84	R\$ -	R\$ 30,84	R\$ 616.800,00	R\$ -	R\$ 616.800,00
2.2	-	COMPOSIÇÃO	Linha de vida provisória em edifícios de múltiplos pavimentos.	m	4.000,00	R\$ 1,34	R\$ 20,17	R\$ 21,51	R\$ 5.360,00	R\$ 80.680,00	R\$ 86.040,00
2.3	97064	SINAPI	Montagem e desmontagem de andaime tubular tipo "torre" (exclusive andaime e limpeza). AF_03/2024.	m	4.000,00	R\$ 35,81	R\$ -	R\$ 35,81	R\$ 143.240,00	R\$ -	R\$ 143.240,00
2.4	10527	SINAPI	Locação de andaime metálico tubular de encaixe, tipo torre, cada painel com largura de a até 1,5 m e altura de *1,00* m, incluindo diagonal, barras de ligação, sapata ou rodízios e demais itens necessários a montagem (não inclui instalação).	mxmês	4.000,00	R\$ -	R\$ 30,00	R\$ 30,00	R\$ -	R\$ 120.000,00	R\$ 120.000,00
2.5	-	COMPOSIÇÃO	Reparo de trincas rasas, até 5 mm de largura, em fachada de edifícios de múltiplos pavimentos.	m	2.000,00	R\$ 33,49	R\$ 29,04	R\$ 62,53	R\$ 66.980,00	R\$ 58.080,00	R\$ 125.060,00
2.6	-	COMPOSIÇÃO	Demolição manual de revestimento de argamassa em fachada de edifício de múltiplos pavimentos.	m²	6.500,00	R\$ 19,23	R\$ -	R\$ 19,23	R\$ 124.995,00	R\$ -	R\$ 124.995,00
2.7	87904	SINAPI	Chapisco aplicado em alvenaria (com presença de vãos) e estrutura de concreto de fachada, com colher de pedreiro, argamassa traço 1:3 com preparo manual.	m²	6.500,00	R\$ 7,90	R\$ 2,55	R\$ 10,45	R\$ 51.350,00	R\$ 16.575,00	R\$ 67.925,00
2.8	104218	SINAPI	Emboço ou massa única em argamassa traço 1:2:8, espessura de 25 mm, preparo manual, aplicada manualmente em fachada de edifício de múltiplos pavimentos.	m²	6.500,00	R\$ 39,91	R\$ 24,75	R\$ 64,66	R\$ 259.415,00	R\$ 160.875,00	R\$ 420.290,00
2.9	16.11.020	FDE	Limpeza de fachada por hidrojetamento.	m²	115.000,00	R\$ 6,08	R\$ 2,88	R\$ 8,96	R\$ 699.200,00	R\$ 331.200,00	R\$ 1.030.400,00
2.10	-	COMPOSIÇÃO	Pintura manual de fachada de edifício de múltiplos pavimentos, com presença de vãos, com tinta látex acrílica premium, duas demãos, incluso preparo da superfície.	m²	115.000,00	R\$ 12,90	R\$ 10,60	R\$ 23,50	R\$ 1.483.500,00	R\$ 1.219.000,00	R\$ 2.702.500,00

2.11	-	COMPOSIÇÃO	Pintura manual de fachada de edifício de múltiplos pavimentos, com presença de vãos, com tinta emborrachada, duas demãos, incluso preparo da superfície.	m²	20.000,00	R\$ 12,90	R\$ 10,08	R\$ 22,98	R\$ 258.000,00	R\$ 201.600,00	R\$ 459.600,00
2.12	-	COMPOSIÇÃO	Aplicação manual de massa acrílica em fachada de edifícios de múltiplos pavimento, com presença de vãos, duas demãos, incluso preparo da superfície.	m²	20.000,00	R\$ 25,94	R\$ 14,02	R\$ 39,96	R\$ 518.800,00	R\$ 280.400,00	R\$ 799.200,00
2.13	-	COMPOSIÇÃO	Aplicação manual de resina acrílica premium hidrorrepelente, a base de solvente, em fachadas de edifício de múltiplos pavimentos, com presença de vãos, duas demãos, incluso preparo da superfície.	m²	10.000,00	R\$ 4,12	R\$ 10,40	R\$ 14,51	R\$ 41.160,00	R\$ 104.000,00	R\$ 145.160,00
2.14	104590	SINAPI	Revestimento cerâmico para paredes externas, com placas tipo grês ou semigrês, formato menor ou igual a 200 cm², incluso rejuntamento.	m²	2.000,00	R\$ 74,91	R\$ 166,24	R\$ 241,15	R\$ 149.820,00	R\$ 332.480,00	R\$ 482.300,00
2.15	-	COMPOSIÇÃO	Pintura com verniz alquídico sobre superfície de madeira, ATÉ 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.	m²	2.500,00	R\$ 19,57	R\$ 7,71	R\$ 27,28	R\$ 48.925,00	R\$ 19.275,00	R\$ 68.200,00
2.16	-	COMPOSIÇÃO	Pintura com verniz alquídico sobre superfície de madeira, ACIMA de 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.	m²	2.000,00	R\$ 23,48	R\$ 7,71	R\$ 31,19	R\$ 46.960,00	R\$ 15.420,00	R\$ 62.380,00
2.17	-	COMPOSIÇÃO	Pintura com esmalte sintético sobre superfície de madeira, ATÉ 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.	m²	2.500,00	R\$ 16,17	R\$ 7,55	R\$ 23,72	R\$ 40.425,00	R\$ 18.875,00	R\$ 59.300,00
2.18	-	COMPOSIÇÃO	Pintura com esmalte sintético sobre superfície de madeira, ACIMA 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.	m²	2.000,00	R\$ 19,40	R\$ 7,55	R\$ 26,95	R\$ 38.800,00	R\$ 15.100,00	R\$ 53.900,00
2.19	-	COMPOSIÇÃO	Pintura com esmalte sintético premium sobre superfícies metálicas, ATÉ 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.	m²	6.000,00	R\$ 86,80	R\$ 19,29	R\$ 106,09	R\$ 520.800,00	R\$ 115.740,00	R\$ 636.540,00
2.20	-	COMPOSIÇÃO	Pintura com esmalte sintético premium sobre superfícies metálicas, ACIMA de 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.	m²	10.000,00	R\$ 104,91	R\$ 19,29	R\$ 124,20	R\$ 1.049.100,00	R\$ 192.900,00	R\$ 1.242.000,00
2.21	88416	SINAPI	Aplicação manual de pintura com tinta texturizada acrílica em panos com presença de vãos de edifícios de multiplus pavimentos.	m²	10.000,00	R\$ 5,73	R\$ 18,15	R\$ 23,88	R\$ 57.300,00	R\$ 181.500,00	R\$ 238.800,00
										Subtotal	R\$ 9.684.630,00

CUSTO TOTAL DE MATERIAL:	R\$ 3.463.700,00
CUSTO TOTAL DE MÃO DE OBRA:	R\$ 6.220.930,00
CUSTO TOTAL:	R\$ 9.684.630,00
BDI:	R\$ 2.227.464,90
PREÇO TOTAL (CUSTO+BDI):	R\$ 11.912.094,90

Documento assinado eletronicamente por RAIMUNDO FAGNER DE FREITAS KOCHER, ENGENHEIRO CIVIL, em 13/11/2025, às 08:05 horas, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.

Documento assinado eletronicamente por GERALDO JOSE FERREIRA, COORDENADOR DE DIVISÃO, em 13/11/2025, às 10:05 horas, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
sigad.unicamp.br/verifica, informando o código verificador:
E67470A1 25584297 A68AD1D4 35EEC2F4





Serviço: Pintura interna e externa de paredes, fachadas, tetos, portas, portões, grades, calha, rufos, esquadrias de madeira, esquadrias metálicas, estruturas metálicas, estruturas de madeira, suportes de ar condicionado, dutos, escadas, escada marinho, bicicletário, corrimãos e tubo de queda em edifícios de múltiplos pavimentos.

Data base:

BDI:

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA											
LOTE 2 - PINTURA EXTERNA											
Item	Código	Base	Serviço	Unid.	Qtd.	Custo Unitário de Mão de Obra (R\$)	Custo Unitário de Material (R\$)	Custo Unitário Total (R\$)	Custo Total de Mão de Obra (R\$)	Custo Total de Material (R\$)	Custo Total (R\$)
2.1			Retirada de interferências em fachada de edifícios de múltiplos pavimentos.	h	20.000,00						
2.2			Linha de vida provisória em edifícios de múltiplos pavimentos.	m	4.000,00						
2.3			Montagem e desmontagem de andaime tubular tipo "torre" (exclusive andaime e limpeza). AF_03/2024.	m	4.000,00						
2.4			Locação de andaime metálico tubular de encaixe, tipo torre, cada painel com largura de a até 1,5 m e altura de *1,00* m, incluindo diagonal, barras de ligação, sapata ou rodízios e demais itens necessários a montagem (não inclui instalação).	mxmês	4.000,00						
2.5			Reparo de trincas rasas, até 5 mm de largura, em fachada de edifícios de múltiplos pavimentos.	m	2.000,00						
2.6			Demolição manual de revestimento de argamassa em fachada de edifício de múltiplos pavimentos.	m²	6.500,00						
2.7			Chapisco aplicado em alvenaria (com presença de vãos) e estrutura de concreto de fachada, com colher de pedreiro, argamassa traço 1:3 com preparo manual.	m²	6.500,00						
2.8			Emboço ou massa única em argamassa traço 1:2:8, espessura de 25 mm, preparo manual, aplicada manualmente em fachada de edifício de múltiplos pavimentos.	m²	6.500,00						
2.9			Limpeza de fachada por hidrojateamento.	m²	115.000,00						
2.10			Pintura manual de fachada de edifício de múltiplos pavimentos, com presença de vãos, com tinta látex acrílica premium, duas demãos, incluso preparo da superfície.	m²	115.000,00						

2.11			Pintura manual de fachada de edifício de múltiplos pavimentos, com presença de vãos, com tinta emborrachada, duas demãos, incluso preparo da superfície.	m²	20.000,00						
2.12			Aplicação manual de massa acrílica em fachada de edifícios de múltiplos pavimento, com presença de vãos, duas demãos, incluso preparo da superfície.	m²	20.000,00						
2.13			Aplicação manual de resina acrílica premium hidrorrepelente, a base de solvente, em fachadas de edifício de múltiplos pavimentos, com presença de vãos, duas demãos, incluso preparo da superfície.	m²	10.000,00						
2.14			Revestimento cerâmico para paredes externas, com placas tipo grês ou semigrês, formato menor ou igual a 200 cm², incluso rejuntamento.	m²	2.000,00						
2.15			Pintura com verniz alquídico sobre superfície de madeira, ATÉ 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.	m²	2.500,00						
2.16			Pintura com verniz alquídico sobre superfície de madeira, ACIMA de 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.	m²	2.000,00						
2.17			Pintura com esmalte sintético sobre superfície de madeira, ATÉ 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.	m²	2.500,00						
2.18			Pintura com esmalte sintético sobre superfície de madeira, ACIMA 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.	m²	2.000,00						
2.19			Pintura com esmalte sintético premium sobre superfícies metálicas, ATÉ 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.	m²	6.000,00						
2.20			Pintura com esmalte sintético premium sobre superfícies metálicas, ACIMA de 02 metros de altura, duas demãos, incluso preparo da superfície.	m²	10.000,00						
2.21			Aplicação manual de pintura com tinta texturizada acrílica em panos com presença de vãos de edifícios de múltiplos pavimentos.	m²	10.000,00						
										Subtotal	R\$

CUSTO TOTAL DE MATERIAL:	R\$
CUSTO TOTAL DE MAO DE OBRA:	R\$
CUSTO TOTAL:	R\$
BDI:	R\$
PREÇO TOTAL (CUSTO+BDI):	R\$

Documento assinado eletronicamente com emprego de certificado digital emitido no âmbito do ICP-Brasil por PATRICIA MENDES GODOI, ASSISTENTE TÉCNICO, em 05/03/2026, às 15:17 horas, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
sigad.unicamp.br/verifica, informando o código verificador:
5E4C5728 41D24265 97B190B4 CE85132C

